



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Formas organizativas no quadro da intervenção da ADRA:
Sofrio e Caluva – Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do
Lubango

FERNANDO DA CRUZ VIEGAS

RECIFE
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Formas organizativas no quadro da intervenção da ADRA: Sofrio e Caluva – Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango

Dissertação apresentada por FERNANDO DA CRUZ VIEGAS como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, orientada pelo Prof. Dr. Breno Augusto Souto-Maior
REC Fontes.

Viegas, Fernando da Cruz

Formas organizativas no quadro da intervenção da ADRA : Sofrio e Caluva - Programa Peri-Urbano do Lubango / Fernando da Cruz Viegas. – Recife : O Autor, 2002.

117 folhas : il.,tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2002.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Sociologia - Formas organizativas. 2. Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) - Organização não governamental - Angola. 3. Organizações comunitárias - Lubango. I. Título.

316.354

CDU (2.ed.)

UFPE

307.7

CDD (21.ed.)

BC2002-123

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Formas organizativas no quadro da intervenção da ADRA: Sofrio e Caluva – Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango

Dissertação apresentada por FERNANDO DA CRUZ VIEGAS como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, orientada pelo Prof. Dr. Breno Augusto Souto-Maior Fontes.

Recife - 2002

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos fazem parte da arte final do trabalho. Afinal, algumas colaborações foram (e são) tão preciosas que driblar as ciladas da memória e expressar a gratidão a todos, nessas breves linhas, torna-se uma tarefa árdua. Mesmo assim, insisto nesta missão quase impossível, esperando concluir os agradecimentos através das retribuições cotidianas.

Aos meus pais e irmãos que acreditaram em mim e aconselharam a perseguir o meu desejo. À “primota” Nelinha Palma pela sutileza e que, sabiamente, partilhou tudo.

Ao Prof. Dr. Breno Fontes, pela precisão de idéias e seriedade com que ajudou a construir este trabalho.

Aos professores do PPGS/UFPE, pela contribuição dada à minha formação intelectual, decisiva na realização deste trabalho.

Aos colegas e funcionários do PPGS/UFPE pelos momentos de convivência, compreensão e apoio partilhados durante a realização do curso.

Um agradecimento especial para Williams Rodrigues, amigo e colega, pelo convívio fraterno e pelos ensinamentos sobre os “mistérios e segredos” do SPSS.

Aos amigos e colegas da ADRA pela confiança e incentivo para a realização deste desafio no “outro lado” do Atlântico.

Ao amigo João Francisco e família pela contribuição de forma (in)direta na minha superação acadêmica e pelo apoio nos momentos mais necessários.

À Andréa Brito e Dalva Mota, pela amizade do tamanho da distância que “nos une e separa”.

Aos amigos Babacar, Eduardo, Kiki, João Freire, Lazara, Luciano, Marcelo Miranda e Polinha pela companhia, solidariedade e momentos de lazer.

À CAPES e Diakonisches Werk der EKD pelo financiamento do trabalho.

É imprescindível destacar a minha gratidão às lideranças comunitárias pelo gesto de boa vontade em abrir o seu espaço de luta a um “estranho” e pela franqueza com que responderam aos meus questionamentos. Espero que entendam as minhas conclusões, retiradas das suas considerações as quais tenho muito respeito.

A todos, pelo ambiente de companheirismo, fundamental para o andamento deste trabalho e respectiva pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação trata do processo de emergência e *empowerment* de formas organizativas locais nos bairros do Sofrio e da Caluva. As formas organizativas locais, aqui analisadas, são representadas por Comissões, Grupos de Moradores e respectivas lideranças enquanto agentes constituidores de mobilização e reivindicações sociais como forma de reconhecimento social. Partindo da contextualização da realidade angolana, especificamente, da província da Huíla, são analisados os diversos atores e fatores que se relacionam, interpenetram e jogam um papel decisivo no surgimento desse tipo de organização social. A intervenção da ADRA, ONG angolana, nos bairros do Sofrio e da Caluva no Lubango, capital da província da Huíla, foi o campo empírico que estimulou este trabalho.

Palavras-chave: Formas organizativas, Comissões de Moradores, Grupos de Moradores, ONG, Lideranças comunitárias, Mobilização social, Reivindicações sociais, *empowerment*, Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango, Sofrio, Caluva, ADRA.

ABSTRACT

This dissertation is about the emergency process and *empowerment* in the neighborhoods of Sofrio and Caluva. The organizational local forms, which are here analyzed, are represented by Commissions, Resident Groups and the respective leaderships while mobilization constitutor agents and social demands as form of social recognition. Based on the angolan reality contextualization, specifically, in the province of Huíla, several actors and factors, which are linked, interacted and play a decisive role in the appearance of that type of social organization, are analyzed. The intervention of ADRA, an angolan NGO, in the neighborhoods of Sofrio and Caluva in Lubango, capital of the province of Huíla, was the empiric field that stimulated this work.

Keywords: Organizational forms, Commissions and Residedents Groups, NGO, Communitarian leaderships, Social mobilization, Social demands, *empowerment*, Development Programme in Peri-Urban Areas of Lubango, Sofrio e Caluva Neighborhoods, ADRA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	
As ONGs na sociedade contemporânea	17
1.1 As ONGs em Angola	27
1.2 A ADRA	30
1.2.1 O crescimento	32
1.2.2 A Missão	34
1.2.3 A estratégia de desenvolvimento institucional	35
1.2.4 Estruturas de direção e coordenação nas províncias	38
CAPÍTULO II	
Organização do trabalho empírico	41
2.1 Perfil dos entrevistados (entrevistas com as lideranças e Técnicos do Programa) ..	47
2.2 Características sócio-econômicas dos entrevistados (questionários)	49
2.3 Os limites do trabalho	50
CAPÍTULO III	
Elementos geográfico-históricos de Angola	52
3.1 A chegada dos portugueses	52
3.2 A história – das origens à independência	56
3.2.1 As populações angolanas e suas línguas	57
CAPÍTULO IV	
Contexto de desenvolvimento na Huíla	60
4.1 A guerra: instabilidade, insegurança e movimentação “desordenada” de pessoas e bens	60
4.2 “Estabilização”, “reconstrução” e ajuda	62
4.3. A intervenção da ADRA na província	63
4.4 O Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango	64
4.4.1 Os bairros do Sofrio e da Caluva	65

CAPÍTULO V	
Discurso sobre as formas organizativas: emergência e <i>empowerment</i>	68
5.1 Lugares e razões para a existência de formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva	72
5.2 Oportunidades e oportunismo	78
5.3 Altruísmo e interesses	83
CAPÍTULO VI	
Movimento associativo nos bairros do Sofrio e da Caluva	90
6.1 Algumas hipóteses plausíveis sobre o surgimento de formas organizativas no Sofrio e na Caluva	92
CAPÍTULO VII	
Reflexão sobre as “relações de parceria”	99
7.1 A parceria	99
7.2 Desconstrução da noção normativa da parceria	102
7.3 As fontes de poder nas relações de parceria	104
7.4 As relações de parceria: interdependência, assimetria e poder	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Atualmente, Angola ainda vive um período muito conturbado da sua história como nação independente, marcado por mudanças políticas, econômicas e sociais. Em 1992, o insucesso das eleições presidenciais, resultado dos Acordos de Paz assinado entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), reiniciou a guerra civil. Essas eleições deveriam ser o início do processo de abertura política e pluralismo democrático após um governo de partido único conduzido pelo MPLA desde 1975, ano da independência de Angola. Não obstante o retorno à guerra, está em curso um processo de liberalização econômica caracterizado por um programa de ajustamento estrutural. Assim, a implementação desse programa e o retorno à guerra trouxeram, entre outros efeitos, uma ausência massiva do Estado em muitos setores da sociedade como a educação e a saúde.

Angola ainda é muito dependente da ajuda externa que pode ser direta ao Governo através de acordos bilaterais com outros países ou intermediada por ONGs (Organizações Não-Governamentais). Como no resto do continente africano, a intervenção das ONGs em Angola é muito importante particularmente nas áreas sociais, de desenvolvimento comunitário ou ambiente. A maior parte dessas ONGs são estrangeiras, mas o processo de liberalização política no fim da década de 80, tornou possível o surgimento de muitas ONGs nacionais e outras formas organizativas locais¹, muitas delas com intenções desenvolvimentistas. No entanto, o seu funcionamento é irregular, fraco e pouco visível.

No caso da Huíla, este fato é importante devido ao grande número de ONGs estrangeiras e agências internacionais que intervêm na província. A proximidade da fronteira com a República da Namíbia e o relativo desempenho econômico da província reforçam a importância dessa província na região Sul de Angola. Num cenário de guerra civil prolongada desde 1975, a Huíla pode ser considerada como um “oásis de paz”, por isso tem um número elevado de refugiados, deslocados

¹ Entendidas como Comissões, Grupos e outros tipos de organização comunitária.

internos e de outras províncias limítrofes, principalmente Benguela e Huambo. A presença das ONGs, na área de ajuda humanitária é notória, e muitas delas tentam manter e adaptar a sua intervenção a um contexto de paz ou passar “da emergência à reabilitação e desenvolvimento” como se diz na linguagem desenvolvimentista.

Na Huíla, não é muito sentida a presença de ONGs nacionais, sendo que as mais fortes e organizadas têm as sedes em Luanda, capital do país. As que existem na província têm uma capacidade de organização e intervenção insuficientes para alcançar os objetivos que se propõem. São organizações frágeis e que necessitam de reforço.

Ao redor dessas diferentes posições das ONGs, formas organizativas locais e respectivas lideranças, atitudes e discursos diversos podem ser assinalados, interrogando-se uns sobre a validade e legitimidade do trabalho dessas organizações, enquanto outros buscam ajudar o surgimento desse tipo de organizações, cujo reforço integra a mais recente retórica da “constelação desenvolvimentista”. Essa retórica defende as “relações de parceria” entre as diferentes agências de desenvolvimento nacionais, estrangeiras e internacionais e as formas organizativas locais assim como o reforço institucional dos mesmos. Para Neubert (1996:90)

“Depois de muitos fracassos e desapontamentos no desenvolvimento, agora a criação de instituições é um dos novos slogans. A idéia é promover desenvolvimento através da auto-organização da sociedade é uma parte do ‘bottom-up approach’. (...) A abordagem ‘bottom-up approach’ leva em consideração a necessidade de orientações, a garantia de participação e o reforço da transparência para os beneficiários. A retórica das agências vocacionadas para o desenvolvimento comunitário como as ONGs desenharam a utopia do desenvolvimento: pequenos agricultores e pobres urbanos são organizados em grupos de auto-ajuda e tomam o seu destino nas próprias mãos. O desenvolvimento começa a partir da base, possibilitará a mudança por todos esperada a muitas décadas. (...) ajudar os grupos de auto-organizados significa reforçar e promover o tão ansiado desenvolvimento sustentável.”

Assim, o reforço institucional de ONGs e formas organizativas locais é uma das ações mais defendida e respaldada pelas agências internacionais de desenvolvimento. Alguns estudos realizados sobre o estado as ONGs e formas organizativas locais em Angola, e particularmente na Huíla, evidenciam a escassez de conhecimento e de formação em gestão de organizações e projetos de desenvolvimento como uma das razões para a fraqueza de algumas dessas organizações ou como obstáculo ao surgimento desse tipo de organizações. Ainda que a falta de conhecimento e de formação nas áreas atrás citadas tenha um papel fundamental, será que é assim tão fundamental? Existe a necessidade de pesquisar as razões da dinâmica estabelecida entre as agências internacionais de desenvolvimento, as ONGs estrangeiras, as ONGs nacionais e as formas organizativas locais? Há incompatibilidades entre as características da “constelação desenvolvimentista” e a sociedade angolana atual? Deve-se possuir certas características e talentos para mover-se com sucesso na dinâmica desenvolvimentista? Qual o papel reservado às mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas em Angola que fazem com que a sociedade seja confrontada com outras regras, outros valores externos aos quais não tem muito tempo para adaptar-se? Sem dúvida, pode-se afirmar que o surgimento massivo de ONGs nacionais e formas organizativas locais fazem parte de um projeto² de sociedade, o projeto neo-liberal, que Angola vive atualmente.

As questões à volta deste tema são muitas, podendo cobrir um amplo e instigante campo de pesquisa. A disposição limitada de tempo e restrições diversas determinaram que as questões a abordar neste trabalho sejam sobre o surgimento das formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva, seus objetivos, a percepção sobre elas mesmas e a sobre os parceiros.

² Como será visto adiante, as ONGs nacionais e formas organizativas locais estão sempre numa posição ambígua que, de certo modo, orienta a sua ação. Caso defendam ideais humanistas e/ou de inspirações socialistas, devem prestar contas a agências de financiamento cujas prioridades e motivações são diferentes. Em outros casos, as ONGs e formas organizativas locais que defendem o associativismo e o reforço da sociedade civil, e concordam parcialmente com o discurso neo-liberal de “menos Estado”, vêm as suas posições originais serem repetidas e utilizadas por agências e instituições cujas intenções são diferentes das suas.

O surgimento e crescimento das formas organizativas na Huíla, e em Angola em geral como as ONGs nacionais, as associações, comissões e grupos de moradores nos bairros, é consequência direta do novo engodo no “meio desenvolvimentista” para o estabelecimento de “relações de parceria”. Na prática, é importante tentar compreender as características deste tipo de relações, em particular, as relativas à estruturação da relação e, principalmente, sobre as questões de poder e saber. A experiência profissional do autor deste trabalho afere que as relações entre as agências internacionais de desenvolvimento, as ONGs internacionais, as ONGs nacionais e as formas organizativas locais são vincadamente caracterizadas por desequilíbrios de saber, de ter e, conseqüentemente, de poder. As agências internacionais de desenvolvimento e as ONGs estrangeiras possuem não só os meios financeiros como também a experiência da linguagem, da metodologia, estando também mais próximas dos centros de definição das regras do jogo.

A pesquisa empírica cujo produto final é o presente trabalho foi enriquecida por uma estada de doze semanas em Angola, quatro em Luanda e oito no Lubango. Foram mantidos contatos com diferentes atores ligados ao movimento ONG para a obtenção dados sobre o tema do trabalho e perceber a dinâmica deste tipo de instituições em ambas cidades. No entanto, não é objetivo deste trabalho realizar um diagnóstico nem uma análise organizacional do movimento ONG em Angola ou na Huíla. O objeto limita-se apenas às formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva surgidas e/ou incentivadas pela intervenção do Programa Peri-Urbano do Lubango. Pelo fato de serem as pessoas que são ou estiveram na criação dessas formas organizativas, as lideranças foram selecionadas como interlocutores privilegiados.³

A decisão de ter as lideranças das formas organizativas como interlocutores privilegiados apóia-se também nos conhecimentos que detêm sobre os seus bairros, a realidade local e nacional. Como já salientado, o movimento ONG em Angola é muito recente, a lei que permite a criação deste tipo de organização data de 1991. Porque o surgimento desse movimento e da intervenção do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango serem recentes,

³ Os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica são abordados no Cap. II.

provavelmente as formas organizativas são ainda muito marcadas pelas características pessoais das suas lideranças e respectivas opiniões, intenções e modo de trabalhar. Ainda carregam os motivos pelos quais foram criadas.

O surgimento da ADRA, da intervenção nos bairros do Sofrio e da Caluva e o surgimento e/ou indução de formas organizativas locais, descoladas de motivações e partidos políticos, tem uma evidente relação com as mudanças políticas, económicas e sociais ocorridas no fim da década de 80 e com o recrudescimento da guerra civil em 1992. Na maior parte dos casos, o surgimento desse tipo de organizações é fruto de pequenos grupos de pessoas, detentoras de um projeto particular ou de uma ilusão de um projeto particular mutuamente partilhado. Muitas vezes, no decorrer da sua estruturação, ocorrem disputas de direção, desacordos na escolha de estratégias, surgimento de outras oportunidades de trabalho para algumas delas, provocando a desagregação do grupo inicial. Com isso, a direção fica sob responsabilidade de apenas uma liderança. Geralmente, essa liderança costuma ser carismática e visionária, possui determinado capital social e noção do projeto inicial. Mantém uma relação vertical com a organização, sendo ela (liderança) a organização e esta o seu projeto.

Os debates demonstram que esta fase, onde a organização espelha as características da liderança, é provisória. Em certas organizações, só o tempo permite uma dinâmica mais horizontal e mais durável, mas não destituída de conflitos. Neste momento, em Angola, ainda se está na fase onde a estrutura da maior parte das organizações é vertical, oferecendo ao líder uma posição de destaque e onde, muitas vezes, decide sobre o destino delas. Por isso, muitos aspectos relativos ao sentido e a dinâmica dessas organizações podem ser compreendidas através do conhecimento detido pela liderança, aqui entendida como interlocutor privilegiada e ator estratégico.

O destaque da importância do conhecimento das lideranças determinou uma escolha do ponto de vista a tomar e sobre o entendimento do tema da pesquisa.

“(...) um indivíduo num campo não acede ao estatuto de actor em virtude da sua compreensão e do seu domínio dos acontecimentos, nem graças a uma tomada de

consciência dos seus interesses e das suas possibilidades de acção, nem, a fortiori, por encarar o sentido da história ou do 'movimento social'". (Friedberg: 1993, 201)

Ao considerar as lideranças das formas organizativas locais do Sofrio e da Caluva como atores privilegiados incorre-se a um risco, mas esta decisão está apoiada nas hipóteses de trabalho atrás referidas. Neste caso, não existe a necessidade de vinculação à estruturação do campo da cooperação para o desenvolvimento que privilegia também outro tipo de atores como os financiadores e o Governo local, por exemplo. Aqui interessa destacar as formas organizativas locais e a compreensão dos inúmeros aspectos da dinâmica dessas organizações; razões da sua existência e modos de funcionamento, e passando também pelo conhecimento das motivações, do imaginário e dos projetos das lideranças. Entretanto, é importante salientar que não são os únicos atores em cena. Essas lideranças se tornam estratégicas para compreensão do sentido que detêm sobre as formas organizativas locais, sua existência e funcionamento, estando esta hipótese sempre aliada ao conhecimento sobre Angola, ao contexto conturbado que vive e viveu no momento em que esse tipo de organizações foi criado e/ou induzido. Sem dúvida, um maior conhecimento do campo de estruturação da cooperação possibilitaria um melhor entendimento e esclarecimento do tema da pesquisa, mas o tempo e recursos disponíveis não permitiram essas ambições.

As lideranças locais, intermediários do desenvolvimento segundo designação habitual, têm um papel de mediação entre a ajuda externa, independente da proveniência, e as populações locais. Esta posição tem importante espaço na cadeia da ajuda para o desenvolvimento. O seu papel, potencial, efetivo ou desejado, é substancialmente abordado na atual retórica sobre desenvolvimento. Esses atores são objeto de vários trabalhos de pesquisa⁴, interessando conhecer seus percursos e histórias com maior riqueza de detalhes. Certamente, este tipo de informação permite elucidar sobre as razões e motivações que possibilitam e facilitam a acesso à posição de intermediário.

⁴ Ver em particular Bulletin l'APAD n ° 11, Maio de 1996

A pesquisa empírica permitiu também melhor perceber a substância ou algumas características das “relações de parceria”, aspecto importante na atual retórica do desenvolvimento. Assim, foi possível a compreensão do poder e influência das “relações de parceria” no surgimento e/ou indução das formas organizativas locais no Sofrio e na Caluva.

O presente trabalho está organizado em sete capítulos. O primeiro aborda a discussão teórica sobre as ONGs na sociedade contemporânea, destacando os casos dos Estados Unidos, Brasil e Angola. O segundo capítulo apresenta a organização da pesquisa empírica no Lubango, detalhando a abordagem metodológica adotada onde as lideranças das formas organizativas do Sofrio e da Caluva são sempre vistas como atores estratégicos e privilegiados.

Por ser importante conhecer o contexto onde estão inseridos esses atores, os capítulos seguintes (III e IV) descrevem alguns elementos histórico-geográficos sobre Angola, a província da Huila, a intervenção da ADRA na província e o Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango. Os capítulos ilustram um breve olhar sobre a história de Angola, o processo de colonização, a independência em 1975, a ascensão de um governo socialista e de economia planejada, a guerra civil e as dificuldades vividas na década de 80 que conduziram a abertura democrática; a guerra civil, os esforços de reconciliação e de reconstrução nacional e o aumento do número de agências internacionais de desenvolvimento e de ONGs internacionais a intervir no país. Relativamente à Huila são referidos aspectos pertinentes da província entre os quais os movimentos migratórios, as conseqüências da guerra e a intervenção das agências internacionais de desenvolvimento e das ONGs estrangeiras e nacionais na província.

Já familiarizados com o contexto de ação dos atores, nos capítulos V e VI serão tratadas as questões referentes ao surgimento das formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva. Serão apresentados e analisados dados quantitativos e qualitativos obtidos durante a pesquisa empírica que ilustram as razões de existência daquelas. Principalmente, na análise do discurso se tentará compreender elementos de explicação sobre o oportunismo e altruísmo das lideranças. Os

conceitos de “mediação” e “intermediário” ajudarão construir a lógica de explicação, mesmo que de um modo geral, sobre o papel e funcionamento das formas organizativas locais.

Posteriormente, o ponto de vista do ator estratégico e privilegiado ajudará a compreender o comportamento das lideranças locais e também a lógica que motivou o surgimento das formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva. Os conceitos de campo local, de capital (social, econômico, cultural e simbólico), de habitus e de espaço social hierarquizado terão utilidade na tentativa de destacar a “lógica de funcionamento” das lideranças no contexto onde estão inseridas. As análises dos dados quantitativos e qualitativos permitirão emitir explicações plausíveis sobre o comportamento das lideranças e do surgimento das formas organizativas locais.

As “relações de parceria” entre as agências internacionais de desenvolvimento, as ONGs estrangeiras e nacionais, o Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango e as formas organizativas do Sofrio e da Caluva, foram determinantes no surgimento desse tipo de organização local. Esta discussão será abordada no capítulo VII onde será feita uma desconstrução do discurso normativo sobre o qual este tipo de relações é analisado sempre que exista, não importando a característica da relação, quer de troca, de interdependência, de poder ou de negociação.

As considerações finais concluem com a apresentação de algumas idéias defendidas ao longo do trabalho.

CAPÍTULO I

As ONGs na sociedade contemporânea

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, o mundo passou pelas mais profundas transformações da sua história. Assiste-se à revolução nas comunicações, no aumento da produtividade industrial e agrícola assim como do processo de urbanização. Este desenvolvimento também gerou o aumento da pobreza, da violência, da poluição ambiental e de doenças, além do aumento de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos.

Num espaço de tempo muito curto, o mundo e a sociedade viram-se confrontados com problemas de caráter global, cujas soluções dependem agora da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais. Nesse aspecto, a grande novidade da história contemporânea é a crescente intervenção da sociedade civil que, de forma organizada, tenta ocupar espaços e propor que os aspectos sociais do desenvolvimento passem a primeiro plano.

Para fazer face ao acirramento de alguns desses problemas, as ONGs que inicialmente tinham um caráter meramente assistencialista, já que eram ligadas a grupos religiosos, diversificaram-se e passaram a adotar como a ação localizada, de pequenas proporções, como estratégia. No entanto, não abdicam da pretensão de repercussões e transformações a mais longo prazo, em experiências que possam ser multiplicadas por novos atores sociais. Esses atores não têm a intenção de substituir o Estado, mas de estimular a (re)discussão do seu papel, numa perspectiva que inclua a participação cidadã no processo de democratização da sociedade. O foco do desenvolvimento é direcionado para o seu aspecto social, contrapondo com os modelos de desenvolvimento centrado no Estado e no mercado.

Fisher e Falconer (1998) argumentam que o segmento político-econômico, institucional que agrega as organizações sem fins lucrativos, genericamente denominado por 3º Setor, sempre se

localizou em uma zona nebulosa, de baixa precisão conceitual e de pouca importância prática, tanto na ótica das teorias econômicas, quanto das teorias institucionais.

No âmbito das Ciências Sociais, o interesse em desvendar os aspectos organizativos dos movimentos que conseguiam agregar e mobilizar pessoas ao redor de objetivos comuns e reivindicações sociais e políticas, originou a emergência de estudos e pesquisas sem, no entanto, configurar o conjunto de entidades analisadas como integrantes de um mesmo setor.

O 3º Setor, como é aqui tratado, consiste numa designação residual e vaga com que se pretende abarcar um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são estatais nem mercantis, isto é, que sendo privadas não visam fins lucrativos e, por outro lado, ainda que animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Este tipo de organização recebe a designação de economia social em França, de setor voluntário e de organizações não-lucrativas nos países anglo-saxônicos e de organizações não-governamentais nos países menos desenvolvidos. Assim, o 3º Setor foi sendo ampliado sem que o termo usado como designação, seja suficiente explicativo da natureza e diversidade dos elementos que abrange.

Para alguns autores, o crescimento do 3º Setor é atribuído aos déficits do Estado e do mercado em cumprir de forma adequada as suas funções (Anheier: 1987, Hansmann: 1987, Weisbrod: 1986). Extraindo essas observações do contexto norte-americano, Falconer afirma (1998: 2-3):

“(...) não podem ser simplesmente compreendidas como uma variedade de organizações que normalmente distribuem algum tipo de caridade, serviço público ou atividade incorporada nas leis de isenção de impostos. Essas organizações estão encravadas num cenário de valores historicamente enraizados, tradições e normas que conformam a sua posição distinta da posição do Estado e do mercado”.

Na literatura, as referências mais antigas sobre esse tipo de organização tratam de entidades dedicadas a atividades filantrópicas, de associativismo comunitário e voluntário que aparecem de forma freqüente e típica no modo de via norte americano. A capacidade de atrair a cooperação individual das pessoas e a contribuição das empresas ainda constitui um dos traços mais

característico do funcionamento e do crescimento do 3º Setor norte-americano. Falconer (1998:3)

assinala:

“É o resultado duma mistura única do individualismo e do senso comunitário, vinculando acumulação de capital com caridade e voluntarismo como base moral para a emergência do setor não-lucrativo. Como ressalta Salamon, esta bem sucedida ideologia conservadora é um poderoso dispositivo para reter a ação do Estado e frear o desenvolvimento dos movimentos operários nos Estados Unidos”.

No entanto, devido ao caráter autoritário de alguns sistemas políticos dos países menos desenvolvidos, designadamente o caso do Brasil e de Angola, mediante os desafios presentes em processos de democratização, têm surgido ONGs para satisfazer objetivos especificamente políticos. Mesmo considerando, no caso do Brasil, que o cenário político da década de 90 é diferente do da década de 70.

No Brasil, a partir décadas de 70/80, a estratégia transformadora das ONGs foi caracterizada pelo seu empenho na redemocratização do país com ações essencialmente voltadas para a política social de desenvolvimento comunitário, implementação de atividades de auto-ajuda, assistência e serviços nas áreas de educação, saúde e consumo.

As características inerentes às ONGs e à evolução do seu papel tiveram profundas implicações no tipo de ações praticadas por elas. Na década de 80, com as mudanças havidas na conjuntura do Brasil, as ONGs passaram a defrontar-se com desafios que questionavam o seu modo de intervenção. A conjuntura brasileira assumiu os seguintes contornos: índices de inflação cada vez mais altos; emergência e/ou vigência de um governo democrático, implantação de uma política neoliberal de desenvolvimento e conseqüente agravamento dos índices de pobreza; crescimento do setor informal da economia e descrédito do Banco Mundial e das instituições financeiras internacionais em relação ao destino dado aos recursos alocados em programas de desenvolvimento social pelos órgãos governamentais.

Nos anos 90, o cenário das ONGs cidadãs latino-americanas se altera profundamente. As atenções das agências patrocinadoras de fundos de apoio financeiro e de pessoal para trabalho de

base, articulados às Igrejas, voltaram-se para os processos de redemocratização no Leste Europeu. Os movimentos e as ONGs latino-americanas passaram a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criados. A escassez de recursos das agências de cooperação internacional ou a mudança de seus critérios e diretrizes levaram a necessidade de se gerar recursos próprios e lutarem pelo acesso aos fundos públicos (Gohn: 1998, 14[3]). Essa conjuntura internacional, aliada à descoberta pelo Banco Mundial de que as ONGs podem ser uma das soluções aos problemas sociais do desenvolvimento obriga as ONGs brasileiras a repensar a sua missão, modo de funcionamento e de intervenção.

Para Hebert de Souza (1991), “o papel das ONGs no Brasil, na década de 90, é propor a sociedade brasileira, a partir da sociedade civil uma sociedade democrática dos pontos de vista político, social, econômico e cultural”. Afirmava também que, apesar de atualmente a luta ser mais suave, as certezas quanto aos rumos são mais difíceis porque pressupõe colaborar com o Estado na democratização da sociedade, propor uma nova forma de produzir e distribuir bens e serviços que supere os limites da lógica do capital, acabar com o estatal e restabelecer o público e universalizar todos os valores éticos da sua própria experiência.

Pode-se afirmar que os casos latino-americanos, particularmente o caso brasileiro, apresentavam uma indiscutível dimensão de mudança, considerando sempre os processos de transição entre diferentes padrões de desenvolvimento. Em pouco tempo, o Brasil passou de um ciclo de instabilidade política para os processos de consolidação democrática e de uma economia centrada no Estado para mais orientada ao mercado. Outro aspecto a destacar para entender a evolução do 3º Setor é a carência de uma distinção clara entre o social e o estatal porque, diferente do modelo liberal, o Brasil caracterizou-se pela extrema fragilidade entre o público e o privado.

Com o processo de democratização do país, o 3º Setor começa a se delinear como um conjunto organizacional diferenciado, consolidando o trabalho de diversos grupos formais e informais que atuavam em diferentes áreas e tipos de trabalho, desde a mobilização civil para

assegurar os direitos e/ou canalizar reivindicações dos cidadãos até atividades estruturadas de atendimento a necessidades específicas de vários segmentos carentes da população.

Nas teorias desenvolvidas sobre o 3º Setor, destacam-se a dos bens públicos baseada nas falhas do Governo e do mercado de Weisbrod (1986): a das falhas contratuais de Hansmann (1987) e a que busca explicar a interdependência entre o 3º Setor e o Governo de Salamon (1987). As teorias mencionadas privilegiam a produção de bens públicos para realizar a análise das diferenças que têm as organizações do 3º Setor em relação às do Governo e do setor privado. A teoria de bens públicos de Weisbrod argumenta que as organizações sem fins lucrativos existem para satisfazer as demandas heterogêneas insatisfeitas de bens coletivos que não são produzidos nem pelo Estado nem pelo mercado.

Ainda que problematizando Weisbrod, a teoria de Hansmann deixa sem resposta as questões por levantadas por aquele, sendo a principal a concorrência entre as organizações sem fins lucrativos e as empresas com fins lucrativos na produção de bens privados como saúde, habitação, educação e lazer. Hansmann define as organizações sem fins lucrativos como resposta a uma particular *falha de mercado* ou *falha contratual*.

Lester Salamon desenvolve a teoria de interdependência baseado no conceito de *falha de voluntariado* ou limitação inerente das organizações sem fins lucrativos para satisfazer as necessidades públicas. Esta falha é determinada pela dificuldade do setor para gerar recursos necessários para trabalhar em maior escala (insuficiência filantrópica), pela tendência em se focalizar em subgrupos particulares da população (particularismo filantrópico), pelo excessivo número de voluntários não profissionais (amadorismo filantrópico) e pela incapacidade para estabelecer direitos para os beneficiários, garantindo uma proteção sustentada por este tipo de organizações (paternalismo filantrópico). Com estas limitações das organizações sem fins lucrativos, é esperada uma relação de colaboração entre estas instituições e o Governo, quando existe uma alta demanda para a resolução de problemas sociais particulares de e algum motivo restritivo para a ação estatal (ideologia ou resistência da ação direta do Estado) ou quando o apoio

aos associados e beneficiários das organizações sem fins lucrativos seja crucial para fortalecer o papel do Estado (Salamon: 1987).

As teorias descritas recorrem à produção de bens públicos como o eixo principal de análise, desconsiderando o papel desempenhado pelas ONGs na mobilização de interesses, na formação e apoio de organizações sociais, na criação de opinião pública, na influência direta de políticas e no controle do Estado. As relações conflituosas, as pressões sobre as suas políticas assim como as formas de controle exercidas pela sociedade civil estão ausentes nestas teorias que privilegiam as formas como as organizações sem fins lucrativos complementam o Estado. O 3º Setor ao ser analisado a partir de uma perspectiva política permite, não só, uma melhor compreensão da sua dinâmica, mas também dá maiores subsídios para entender o papel deste tipo de organizações num tema importante para Angola como a consolidação da democracia e a construção do espaço público.

No entanto, não são as teorias geradas dentro do 3º Setor, mas as desenvolvidas pela Ciência Política e interessadas pela democracia que, através da reconstrução do conceito de sociedade civil de Arato e Cohen (1992), contribuem significativamente na conceituação do setor. Recentemente, Andrew Arato e Jean Cohen elaboraram um conceito de sociedade civil baseado nas idéias de Habermas onde são encontradas as instituições e formas associativas que requerem a ação comunicativa para a sua reprodução, principal fundamento da sociedade civil, referindo-se as instituições à estrutura dos direitos, à operação do sistema judicial, e aos aparatos que garantem a reprodução sócio-cultural da sociedade.

Segundo Habermas, as sociedades modernas estão estruturadas em dois princípios societários distintos, designadamente a lógica estratégica (racionalidade instrumental) do sistema que organiza o Estado e o mercado e a lógica da racionalidade comunicativa que leva a organização da solidariedade e da identidade ao interior do mundo da vida. Assim, a disputa do espaço social nos pontos de contacto entre o sistema e o mundo da vida constituiria, para Habermas, a fundamental disputa política das sociedades contemporâneas.

Habermas não oferece uma teoria da sociedade civil, mas a sua distinção analítica entre a lógica do sistema e a lógica do mundo da vida proporciona um marco analítico para situar o conceito de sociedade civil. Automaticamente, o conceito de mundo da vida não se traduz no conceito de sociedade civil, operando ambos em níveis categóricos distintos. Mas o conceito habermasiano de mundo da vida possui duas dimensões distintas, sendo uma delas o lugar da sociedade civil no modelo global. Ao propor o conceito habermasiano, Arato e Cohen estabelecem uma identidade entre a defesa do mundo da vida e os movimentos da sociedade civil.

As duas dimensões do mundo da vida são “de um lado, o reservatório de tradições imersas na linguagem e na cultura utilizadas pelos indivíduos na sua vida cotidiana. De outro lado, mais institucional, incluindo as instituições e formas associativas comunicativamente reproduzidas, cuja ação é coordenada por processos de integração social no interior das suas estruturas” (Arato e Cohen:1994). A sociedade civil é identificada por Arato e Cohen nesta segunda dimensão do mundo da vida.

Para Arato e Cohen o problema está dado pelo fato de Habermas pensar exclusivamente em táticas de defesa do mundo da vida em relação ao sistema sem perceber os limites dessa perspectiva relativamente aos conflitos entre sistema e mundo da vida. Avritzer comenta sobre esta questão:

“Em primeiro lugar, a natureza efêmera dos novos movimentos sociais, assim como sua reação às tentativas institucionalizadoras, põe em dúvida a sua capacidade de desempenhar um papel tão amplo e tão definido como a defesa do mundo da vida. Em segundo lugar, a limitação da esfera pública à função de defesa do mundo da vida põe em dúvida a capacidade desta última em definir a relação entre o público e as esferas de exercício da autoridade, capacidade esta constitutiva da própria noção de público. Em terceiro lugar, não fica claro se é possível estender a estratégia habermasiana de identificação da racionalidade comunicativa com a prática dos novos movimentos sociais além da Europa Ocidental e da América do Norte”. (Avritzer: 1993).

Assim, a dimensão institucional do mundo da vida vai permitir a reconstrução do conceito de sociedade civil por Arato e Cohen e expandir a sua aplicação além das fronteiras da Europa Ocidental e da América do Norte.

A revisão feita por Arato e Cohen propõe duas modificações importantes, sendo a no conceito de sociedade civil e outra no instrumental analítico habermasiano. Relativo ao conceito, é proposta uma transformação estrutural que torna possível a sua ligação com os movimentos sociais e instituições que podem se localizar tanto na esfera privada quanto na pública, tendo como objetivo a detenção de ações do Estado e do mercado nos pontos de contato entre estes e a sociedade civil. Em relação ao instrumental analítico, o conceito de sociedade civil permite a criação de novas formas de mediação entre os subsistemas e o mundo da vida através da constituição de formas institucionais permanente de limitação do Estado e do mercado. (Avritzer: 1993)

A diferença fundamental entre a proposta de Arato e Cohen e a de Habermas consiste que em “*Teoria da Ação Comunicativa*”, Habermas apenas consegue pensar em táticas defensivas do mundo da vida em relação ao sistema e Arato e Cohen pretendem constituir a sociedade política e econômica enquanto instrumento ofensivo da sociedade civil contra a sua própria colonização pelo sistema. (Avritzer: 1993)

O conceito de sociedade civil proposto por Arato e Cohen ao identificar o aspecto institucional do conceito habermasiano de mundo da vida, absorve as ONGs como sendo os atores que compõem a própria sociedade civil. Apesar de reconhecerem a existência de uma distinção conceitual entre campo de ação sócio-cultural e arena política, Arato e Cohen não enfatizam os limites das duas esferas, possibilitando que a ação desses atores seja tanto na reprodução sócio-cultural como nas instituições públicas.

Em Angola, desde finais da década de 80, o processo de institucionalização da sociedade civil tem sido consubstanciado não só pelo tipo de ação através de entidades públicas da sociedade civil organizada, mas também pela tentativa de configuração legal que começa ser discutida no âmbito parlamentar a partir de 1991. Deste modo, a configuração de um espaço composto de atores sociais institucionalizados ou em vias de institucionalização corresponderia ao nível de mundo da vida definido por Arato e Cohen como constitutivo da sociedade civil. Tal fato torna a proposta dos autores uma teoria avançada no relativo à explicação do papel político das organizações da

sociedade civil, considerando que, nessa perspectiva teórica, os atores da sociedade possuem um caráter dual atuando na reprodução sócio-cultural e nas instituições políticas. Não obstante as características contextuais que contribuíram para a emergência das ONGs, tem sido destacada a função de produção de bens públicos como a sua principal especificidade. As implicações advindas de uma abordagem explicativa a partir das funções de prestação de serviços tentam ocultar o papel político desse tipo de organizações, sem considerar os traços característicos inerentes ao seu surgimento e que as diferenciam de outros contextos.

Na realidade angolana, as ONGs se movimentam numa faixa difusa, distante do setor público e do privado, exercendo atividades que poderiam ser atribuídas ao Estado (educação, saúde pública, habitação e assistência social, Bresser Pereira:1997) e outro tipo de funções que, teoricamente, deveriam ser de responsabilidade de agentes sociais e econômicos específicos (geração de emprego e renda, formação e desenvolvimento profissional, Rifkin:1995), mas também atividades políticas mesmo não sendo partido político.

1.1 As ONGs em Angola

Durante a maior parte deste século, o espaço para uma vida associativa formal “moderna” tem sido muito restrito e as bases sociais consideradas rudimentares. Os principais modos de produção e de troca têm sido agrários, fato que conforma as diferenças existentes entre as redes sociais dos pequenos produtores rurais, dos pequenos comerciantes e dos trabalhadores migratórios e as das classes urbanas assalariadas. Os mandatários coloniais tentaram arranjar a sociedade civil pelas linhas da metrópole portuguesa, orientada pelos princípios do corporativismo, onde os interesses agrícolas, empresariais e laborais e grupais eram representados em formas designadas pelo Estado (Cahen:1984). O Estado colonial utilizava entidades não governamentais para fazer propaganda e ganhar aderência às suas políticas, recebendo proteção e patrocínio em troca. No entanto, o corporativismo em Angola foi irregular, nunca tendo sido realizado por completo. O Estado aplicou a força bruta para controlar a mão-de-obra africana enquanto que para os

assalariados portugueses utilizou a “auto-organização” em sindicatos estritamente controlados. No entanto, nos últimos anos do período colonial reuniu números reduzidos de produtores rurais africanos em cooperativas agrícolas. Mas este tipo de iniciativas teve propósitos objetivamente políticos e não a promoção dos interesses dos produtores. Através dos grêmios, o Estado regulava a vida associativa dos produtores rurais, sendo estes restritos aos colonos portugueses. A única associação de angolanos, oficialmente reconhecida, foi a Liga Nacional Africana em Luanda. Nas décadas de 50 e 60, surgiram outras pequenas associações profissionais de africanos, mas nenhuma delas foi oficialmente reconhecida.

Os alicerces econômicos não têm sido favoráveis, havendo pouca acumulação interna de capital em Angola, uma vez que a maior parte do valor tem sido acumulado no estrangeiro. Portanto, as classes intermédias urbanizadas, tão imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade civil, permaneceram pequenas, fracas e orientadas para o exterior do país, estando muito ligadas ao aparelho do Estado. Este fato é constatado pelas origens das lideranças políticas em Angola e no contraste que existe com os países limítrofes; Joshua Nkomo no Zimbabwe surgiu de um forte movimento sindical e na África do Sul, Nelson Mandela subiu à eminência, nos seus tempos iniciais, como um advogado de direitos humanos. Em Angola, ao contrário, a liderança pós-colonial apareceu não da sociedade civil, mas do espaço restrito do Estado colonial.

O surgimento de organismos cívicos em Angola embora seja um fato considerado recente, em termos oficiais remonta de longa data. Além da sua missão evangelizadora, desde o seu aparecimento em Angola, as igrejas (Católica e Protestantes) sempre desenvolveram ações no domínio da promoção de ações sociais, visando o desenvolvimento integral do homem angolano. Ainda que o Estado colonial português reconhecesse o direito de associação, até 1974, o papel das associações e organismos cívicos foi muito limitado. Entretanto, sob a capa de atividades culturais, recreativas e desportivas, conseguiram desenvolver trabalho social e mesmo político junto das populações mais carentes e, em alguns casos, contribuíram para divulgar as idéias independentistas.

Apesar de, já Angola independente, o artigo 22º da Lei Constitucional reconhecer o direito de associação, os organismos cívicos de inspiração religiosa ou laica começaram a emergir de forma mais acentuada nos finais da década de 80 e princípios da de 90, criando-se um espaço próprio coincidente com o início da abertura político-ideológica promovida pelo regime partidário-governamental do MPLA. A emergência, desenvolvimento e consolidação das ONGs angolanas têm sofrido grande dependência de recursos financeiros externos, debilidade organizacional, do divórcio entre o Estado e os cidadãos e a pouca tradição de iniciativas cívicas devido à cultura do medo, à diferença no pensamento, na forma de atuação e à falta de espaço próprio para o desenvolvimento deste tipo de iniciativas.

A criação da ADD (Acção Angolana para o Desenvolvimento) em 1989, com a assessoria da AAA (Acção Agrária Alemã), abriu o caminho para outras iniciativas junto dos poderes constituídos (Estado, Igrejas e Partidos políticos) ou à sombra de organizações estrangeiras. A promulgação da Lei das Associações (Lei nº 14/91 de 14 de Junho) consagra a liberdade de associação, expressão e reunião como um dos direitos individuais. A virada política para o multipartidarismo impulsionou a emergência e desenvolvimento da sociedade civil em Angola, tendo originado o aparecimento de novos comportamentos, mudanças nos sistemas de valores, nos hábitos e aspirações das populações mais carentes.

São múltiplas as motivações que levam a criação de organismos cívicos, em particular as ONGs. Considerando o contexto nacional atual, as ONGs angolanas têm, na sua maioria, um espectro de atividade amplamente filantrópico. Estão envolvidas em ações de alívio ao sofrimento das populações vulneráveis em situação de emergência, saúde e/ou educação. Nos últimos anos, têm surgido ONGs com mandatos melhor definidos, dedicando-se ao reforço da sociedade civil através de ações de capacitação, divulgação de informação, educação cívica, direitos humanos e geração de renda. No entanto, as motivações para o surgimento de algumas ONGs nem sempre têm sido humanitárias e voluntaristas. Muitas vezes, elas constituem-se como oportunidades de acesso a recursos financeiros e materiais dos doadores no sentido de resolução dos problemas pessoais ou

políticos dos seus fundadores. Por outro lado, também existem organizações religiosas que tiram partido da ação humanitária para consolidar a sua missão evangélica.

Alguns dos critérios para a implantação das ONGs têm sido as facilidades de acesso, área sob administração do Estado ou não, afinidades entre os interesses daquelas e das populações residentes na área, disponibilidade de recursos, solicitação (convite) dos parceiros – autoridades locais, organizações congêneres, etc. Somente, após a assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1992, as ONGs nacionais sediadas nas áreas sob administração do Governo começaram a ter acesso às áreas controladas pela UNITA.

No âmbito de reforço das suas missões, muitas ONGs procuram constituir, a nível local, plataformas de diálogo, concertação e de trabalho tais como o FONGA (Fórum das ONGs Angolanas e CAA/AIA (Church Action in Angola/Ação das Igrejas em Angola). Esta última engloba igrejas protestantes nacionais e estrangeiras, associações religiosas nacionais e ONGs nacionais e estrangeiras. Atualmente, existem mais de 300 (trezentas) ONGs, incluindo as associações religiosas independentes, registradas no FONGA, mas apenas uma pequena parte delas está envolvida em ações concretas junto da população.

1.2 A ADRA

O ano de 1990 ofereceu uma encruzilhada a Angola independente, deixando antever várias possibilidades do rumo a seguir e, por isso, portadora de esperança. A longa guerra civil parecia aproximar-se do fim, o regime político dava sinais de abertura e de questionamento possível dos caminhos até então seguidos. O momento era favorável à interrogação e transformação, encorajador de projetos e mobilizador de energias. Nesse clima e, seguramente influenciado por ele, um pequeno grupo de pessoas decidiu criar uma ONG que trabalhasse para o desenvolvimento rural e, fundamentalmente, assumisse uma atitude de questionamento em relação aos processos de aquisição de conhecimento e de leitura da realidade social e do desenvolvimento do país, que se pretendia adequado, sustentável, participado, participativo em estreita coordenação com o incipiente

processo de democratização. À curto prazo, procurava-se apoiar a cicatrização das feridas da guerra, a consolidação da paz e a reconciliação nacional. Pretendia-se, também, aproveitar o momento de abertura e o espírito de mudança existentes, para contribuir, com o trabalho da Organização, para a formação e/ou reforço de uma sociedade civil ativa, dinâmica e questionadora. Este vasto projeto que tomava corpo na fundação da ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, era explicitado nos objetivos abaixo designados:

- Atuar com as comunidades de base a partir das suas necessidades e dos seus objetivos, considerando a sua diversidade étnico-cultural e a pluralidade das situações vividas, para tal, concebendo e promovendo projetos participativos de apoio ao desenvolvimento sustentável;
- Apoiar a pesquisa de uma proposta alternativa de desenvolvimento a partir do conhecimento da realidade angolana, utilizando a prática, em particular a dos projetos de terreno, para a construção de metodologias de trabalho adequadas;
- Contribuir para o reforço da sociedade civil, de democratização e de abertura política em curso em Angola.

O começo da sua atividade, em 1991, não foi fácil. Ainda que os objetivos fossem claros, a ADRA não tinha recursos e os seus fundadores possuíam pouco conhecimento sobre este tipo de organização. A ausência de experiências semelhantes no país reforçava a necessidade de procurar soluções tanto para os aspectos organizativos e institucionais quanto para aqueles relativos às metodologias a aplicar nas ações a desenvolver.

Ainda que no momento da criação da Organização, a população rural fosse tida como grupo-alvo prioritário, o contato com a realidade e a evolução da situação político-militar angolana, rapidamente expuseram as populações carentes urbanas à penúria profunda e as populações rurais deslocadas à precariedade das condições de vida. Essa situação levaria a ADRA a enveredar por soluções adequadas ao momento. Isso foi justificado pela negociação de alguns projetos de "emergência", dirigidos, sobretudo, às populações carentes e deslocados, localizados na periferia das principais cidades do litoral. No entanto, porque recusa, moral e metodologicamente, o espírito

e a lógica assistencialista, a ADRA procurou responder às urgências provocadas pelo contexto conturbado com a criação de condições e estabilização sócio-psicológica das populações, mediante a promoção do seu protagonismo ativo na implementação das ações.

A ADRA foi-se estruturando e construindo na base das reflexões e debates entre os seus membros, adaptando-se à prática dos seus objetivos e às situações vivenciadas no cotidiano. Portanto, assume-se como um projeto político e social, "em construção", que toma corpo "numa organização de caráter não-governamental, apartidária, não confessional e sem fins lucrativos".

1.2.1 O crescimento

Em 1995, a ADRA vê-se confrontada com um significativo crescimento interno traduzido num aumento do pessoal, do número de projetos e de atividades em implementação. Esse crescimento aconteceu num espaço e num quadro institucional adaptados a uma gestão flexível que correspondiam às necessidades e solicitações dos primeiros. Entretanto, isso determinou o surgimento de receios e tensões no interior da Organização, aquilo que, à falta de melhor termo, pode-se designar por "crise de crescimento". Alguns dados desse crescimento, sem questionamentos de ordem qualitativa, são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1. **Crescimento institucional da ADRA**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Membros da Associação	5	17	37	72	74	82
Staff:						
Técnicos	02	07	17	33	52	90
Pessoal administrativo e auxiliar	00	01	04	11	30	55
Valores movimentados (US\$)			578.000	879.000	769.000	1.262.000
Número de parceiros	02	07	23	27	30	37
Projetos/Ações	03	12	21	32	29	40

Fonte: Programa de Desenvolvimento Institucional da ADRA – 1997/1999

A primeira questão colocada foi a inexistência de uma estrutura funcional e a centralização das decisões. Uma está intrinsecamente ligada à outra e, partindo desses pressuposto, a simples (re)definição de uma estrutura conduziria, por si, à descentralização das decisões. Entretanto, foi

considerado que, mesmo havendo alguma interação entre os dois fatores, existia a necessidade de manutenção de equilíbrio entre a dinâmica interna, os valores da Organização e a dinâmica da sociedade. Daqui deriva a assunção da necessidade de uma estruturação e descentralização, estrategicamente refletidas e experimentadas e, não fruto de um processo meramente administrativo.

Outra questão é relativa à fragilidade da programação face à multiplicidade de demandas da sociedade em relação à Organização. O que, por sua vez, coloca a questão dos critérios de identificação e formulação de novos projetos e ações e da profissionalização dos quadros. Este fato está intimamente ligado aos receios de um crescimento descontrolado e à conseqüente perversão dos valores e princípios institucionais.

Em Luanda, a ADRA-Sede tem uma atividade bastante diversificada, tanto do ponto de vista dos grupos-alvo que serve, quanto do tipo de ações que desenvolve. Estas ações vão desde o apoio a populações desfavorecidas e ONG emergentes à promoção de debates e palestras mais direcionadas a um público intelectual e realização de consultorias para clientes nacionais e estrangeiros.

1.2.2 A missão

Para prosseguir a sua Missão, a intervenção da ADRA está estruturada em duas vertentes complementares. A primeira visa a promoção de projetos "de terreno" onde, com a participação das populações envolvidas, pretende discutir as soluções e construir metodologias de intervenção inovadoras. Promove-se a responsabilização das comunidades e assunção do papel de sujeito social, através de processos de capacitação e de implementação de atividades econômicas e sociais, pela sua sustentabilidade, mesmo num contexto de guerra. A segunda é baseada na "batalha das idéias" que pretende contribuir para a promoção de uma cultura de debate político, para a criação de um espaço de dinamização e reforço da sociedade civil, a todos os níveis.

Para isso contribui, de forma decisiva, o apoio à organização e estruturação de outras ONGs e OCBs (Organizações Comunitárias de Base), constituindo uma rede de instituições que integrem o

movimento da sociedade civil angolana. Assim, a ADRA procura conjugar atividades a dois níveis diferentes: a nível micro, nos projetos de "terreno", ao ritmo cotidiano das comunidades, tentando traduzir políticas e reflexões macro em práticas concretas para melhorar a sua qualidade de vida, impregnar-se da realidade do país, trabalhar conflitos numa perspectiva de reforço das capacidades locais e, simultaneamente, a nível macro, promovendo a discussão, debate e "lobby" sobre questões que constituem desafios na dinâmica da sociedade angolana, impregnando-os do conhecimento e das dimensões da realidade vivenciadas no primeiro nível.

O marco de diferença entre a ADRA e outras ONGs angolanas é a sua visão estratégica, a luta pela mudança social e pela cidadania, inspirada na teoria dos movimentos sociais, os princípios defendidos como a recuperação dos valores culturais, a valorização dos recursos naturais locais, o respeito pela diversidade e pluralismo, a partilha de conhecimentos e experiência, a defesa dos direitos humanos, enfim, a construção de uma cultura democrática e de uma proposta alternativa de desenvolvimento sustentável e a diversidade de culturas, identidades e formação que se conjugam e interagem no interior da Organização. Acima de tudo, a ADRA valoriza a atitude em sociedade, preocupando-se com a valorização da originalidade, da flexibilidade e diversidades que congrega.

1.2.3 A estratégia de desenvolvimento institucional

Até 1995, a ADRA havia implementado 17 (dezesete) projetos, geograficamente distribuídos pelas províncias de Benguela (4), Huíla (5), Malanje (5) e Luanda (3). Desses, dois com a coordenação localizada em Luanda, são considerados programas transversais porque estão estreitamente ligados, um (Programa "Onjila") à uma área temática de importância estratégica no contexto de Angola, a educação de crianças e, outro (Projeto "Construindo Parcerias" à própria estratégia interna de desenvolvimento institucional da ADRA.

Os grupos-alvo dos projetos da ADRA são as populações mais desfavorecidas e marginalizadas nas áreas rurais e/ou peri-urbanas das províncias atrás referidas. O Programa "Onjila" tem por grupo-alvo professores e crianças em idade escolar (Iº e, eventualmente, IIº Níveis

de ensino) das comunidades em que atua. No caso particular do "Construindo Parcerias", os grupos-alvo são de natureza mais institucional, abrangendo OCB e ONG emergentes e as equipas dos projetos "de terreno" da própria ADRA, numa perspectiva de aumento de coesão e consolidação de sinergias.

Este crescimento e as necessidades decorrentes da sua gestão, por um lado, e a análise do contexto já referida no ponto 1.1, por outro, conduziram à reflexão e à concepção de um modelo estratégico de desenvolvimento organizacional e de evolução do relacionamento institucional, assumindo a linha definida em Março de 1993, no 1º Encontro ADRA:

"Em traços gerais, definiu-se que cada projeto deveria reforçar os seus laços com os outros projetos que eram implementados na mesma área geográfica. Este reforço deveria evoluir para o surgimento de uma estrutura de coordenação, a Antena, que em função da dinâmica criada em cada caso, poderia evoluir para uma ONG autónoma ou não". (Programa de Desenvolvimento Institucional da ADRA – 1997/1999)

Nesta óptica, a Antena é definida como uma estrutura de direção/coordenação de atividades e/ou serviços ao nível provincial ou regional, com autonomia administrativa, financeira e de funcionamento em relação a ADRA-Sede, em Luanda. No entanto, permanece ligada à esta em termos de concertação política e metodológica sobre as estratégias de atuação de identidade institucional relativamente à Missão e à abordagem do processo de desenvolvimento e democratização da sociedade angolana.

Assim, a Antena poderá constituir o primeiro passo de um processo de duração mais longa, a sua autonomia enquanto ONG ou, numa outra lógica, constituir-se numa estrutura que se mantém vinculada a ADRA, embora com grande autonomia de funcionamento e de gestão. Qualquer uma dessas duas soluções não impedirão que a ADRA-Sede venha a desenvolver projetos "de terreno", embora em menor escala, noutras províncias e regiões que o venham a solicitar e/ou necessitar. Entretanto, a principal tendência será a da transformação progressiva numa ONG de prestação de serviços às Antenas, outras ONGs, associações e instituições de desenvolvimento.

Em última análise, o apoio às OCBs e ONGs emergentes e o aumento da coesão em torno das Antenas visam o mesmo fim; evitar um crescimento centralizado e centralizador e facilitar a constituição de uma rede de associações, instituições e grupos que possam influenciar que possam influenciar os processos de democratização e desenvolvimento, enquanto movimento da sociedade civil com espaço, legitimidade, credibilidade e identidade próprias.

Os grupos-alvo da ADRA são constituídos por todos os que beneficiam dos serviços da Organização, incluindo clientes e grupos com diferentes interesses. Em termos gerais, são as populações carentes das zonas rurais e peri-urbanas das províncias onde a ADRA implementa projetos "de terreno". Os grupos-alvo da ADRA-Sede foram agrupados, depois de determinados em categorias, seguindo uma lógica de certa homogeneidade em termos de papel na sociedade e posição relativamente à ADRA. Na Tabela 2 são apresentadas as categorias segundo a ordem de prioridade que têm para a ADRA.

Tabela 2. Grupos-alvo da ADRA

Categorias de grupos-alvo	Grupos-alvo da ADRA-Sede
1. Estruturas de direção/coordenação nas províncias	de Antena/Malanje nas Antena/Benguela Antena/Huíla Antena ou estrutura de direção/coordenação no Huambo e Luanda/Bengo
2. Organizações locais emergentes	OCB emergentes ONG emergentes Associações Cooperativas Redes temáticas
3. Instituições locais	Igrejas Administrações locais (a nível comunal ou municipal)
4. Interlocutores privilegiados	Instituições/organizações nacionais e estrangeiras com quem mantém relações de carácter estratégico e político
5. Clientes nacionais	Instituições/organizações nacionais que solicitam e podem pagar a prestação de serviços
6. Clientes estrangeiros	Instituições/organizações internacionais, baseadas ou não em Angola, que solicitam e podem pagar a prestação de serviços

Fonte: Programa de Desenvolvimento Institucional da ADRA – 1997/1999.

1.2.4 Estruturas de direção e coordenação nas províncias

Em Janeiro de 1997, foi criada a Antena/Malanje na província do mesmo nome. Alguns fatores determinaram esta especificidade, nomeadamente: a situação difícil ali vivida devida à guerra, com um longo período de inacessibilidade total e, também, a concentração geográfica dos projetos "de terreno", limitados por um raio de 25 Km ao redor da cidade de Malanje. Embora estes fatores não possam ser considerados determinantes no grau da coesão, certamente incentivaram-na e, sobretudo, levaram à criação de serviços comuns aos vários projetos e a uma troca de reflexões mais constante sobre a intervenção da ADRA na província.

Embora seja considerada a província onde o grau de coesão inter-projetos e respectiva dispersão geográfica levante alguns constrangimentos, onde as equipas são de enquadramento recente na Organização e a instabilidade de quadros seja maior, a Antena/Benguela foi criada a partir de Janeiro de 1998.

Na província da Huíla, embora, para os integrantes das equipas locais, não estivesse claramente definida qual a estrutura futura, a partir de Julho de 1998, foi criada a Antena. Além desta estrutura, estão postas em consideração outras alternativas organizacionais como a criação de uma ou mais ONGs independentes da ADRA, uma estrutura descentralizada que se limitará apenas a uma coordenação entre os vários projetos em implementação e uma eventual representatividade da ADRA na província. Fora da lógica de estruturas descentralizadas ao nível das províncias, existe o Projeto "Hoji-ya-Henda", no peri-urbano de Luanda, que trabalha com populações deslocadas da província do Bengo e residentes do Bairro que deu o nome ao projeto. Parte do grupo-alvo deste projeto pretende voltar à sua zona e origem no Bengo, mas a outra parte permanecerá seguramente em Luanda. A ADRA considerou que, não só não deve abandonar os que regressam ao Bengo, submetendo para isso um projeto específico a financiamento, como não deve abandonar os que venham a ficar em Luanda, sobretudo devido à situação difícil que as populações deslocadas vivem no meio urbano. Uma hipótese de trabalho para esta última seria a de trabalhar com este grupo-alvo

através de outras ONG nacionais, de âmbito local, às quais a ADRA daria o apoio necessário à implementação do referido projeto.

A província do Huambo, localizada no Planalto Central, onde em 1992 a ADRA iniciou a sua atividade, mais tarde transferida, por força da guerra para Benguela, é a província onde a ADRA considera não poder adiar a implementação de atividades, quer pelo grau de destruição não só das infra-estruturas físicas, mas também do tecido social e, pelo fato do Huambo constituir um importante centro de produção de conhecimento, nomeadamente na área agrária. Aí funcionavam a Faculdade de Ciências Agrárias e os Institutos de Investigação Agronômica e de Veterinária, de renome internacional, além do seu potencial agrícola e mercantil no quadro da produção alimentar do país. Um outro fator em consideração é a presença da população Umbundu, o maior grupo étnico de Angola. Neste caso, as duas estratégias de criação da ADRA/Huambo são possíveis; dar corpo a projetos com um grau de descentralização qualitativamente superior ao habitual e/ou apoiar associações e grupos locais, na óptica de apoio a ONG e grupos emergentes e mesmo a instituições do Estado.

As estruturas descentralizadas da ADRA nas províncias de Benguela, Huíla e Malanje constituem o grupo-alvo prioritário da ADRA-Sede. Os restantes projetos em implementação ou a implementar nas províncias do Bengo, Huambo e Luanda, prevêem mecanismos próprios de apoio aos respectivos processos de gestão e/ou ser geridos através de instituições locais.

CAPÍTULO II

Organização do trabalho empírico

A realização do trabalho empírico consistiu, inicialmente, na pesquisa histórica e bibliográfica sobre o contexto a ser pesquisado. Nesta fase que, por questões de cronograma pode ser considerada a primeira foram obtidas informações históricas e geográficas sobre Angola, a província da Huíla e o Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango. Esta fase foi necessária porque permitiu estabelecer a relação entre a existência deste Programa e o contexto conturbado da Huíla e de Angola durante a última década. Também foi possível aprofundar o conhecimento sobre os acontecimentos particulares dos bairros do Sofrio e da Caluva, seu surgimento e razão da sua existência.

Pelos objetivos propostos neste trabalho, a segunda fase do trabalho empírico foi realizada na cidade do Lubango, nos bairros do Sofrio e da Caluva, área de intervenção do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango, durante os meses de Julho e Agosto de 2000. Esta fase contou com a realização de entrevistas não-diretivas com roteiro pré-estabelecido com 12 (doze) lideranças e 5 (cinco) Técnicos da equipe do Programa⁵. A escolha das lideranças comunitárias a serem entrevistadas foi o procedimento metodológico inicial para realização da coleta de dados, baseando-se em critérios pré-estabelecidos como: a) tempo de envolvimento nas ações do Programa; b) protagonismo; c) participação em atividades do Programa (reuniões, encontros, sessões de formação/capacitação) e d) legitimidade⁶ serviram como base para elaboração de uma relação nominal de vinte e uma pessoas, sendo onze moradores do bairro do Sofrio e dez da Caluva.

Foram adotados esses procedimentos porque houve necessidade de através dos respectivos discursos e comportamentos, perceber a “razão de ser” das lideranças selecionadas, nesta fase, onde foram indicadas novas lideranças através da técnica de *Snowball*. Este fato

⁵ Por questões de ética, as entrevistas estão identificadas, objetivando dificultar a identificação dos entrevistados. Ver no Anexo I - cópia do roteiro usado nas entrevistas não-diretivas.

⁶ Neste caso, apenas aplicado à única liderança tradicional (*Soba*) entrevistada durante a pesquisa.

permitiu iniciar as 111 (cento e onze) entrevistas diretivas (questionários) com lideranças dos bairros do Sofrio e da Caluva⁷.

A técnica de *Snowball* permitiu “construir” a rede de relações existente entre as lideranças entrevistadas e outras lideranças dos bairros investigados. Segundo Alves (1991) esta técnica consiste em identificar uns poucos entrevistados e permitir-lhes que indiquem outros, cabendo ao pesquisador saber o ponto de redundância. A utilização do *Snowball* foi de grande importância porque permitiu identificar as lideranças que poderiam contribuir de maneira mais significativa para este trabalho, o que possibilitou maior qualidade nas respostas dos entrevistados.

A entrevista, como método de coleta de dados, possui características particulares merecedoras de um cuidado especial, podendo algumas constituir limitações e/ou desvantagens para a sua utilização. Evidentemente, a qualidade da entrevista depende do *rapport* criado entre dois interlocutores (entrevistador e entrevistado) e, em particular, do estabelecimento ou não de uma relação de confiança mútua. Como um jogo de sedução ou de forças, a necessidade de estabelecer uma relação de confiança entra em contradição com a atenção onde, todos os dias, o entrevistador põe à prova que não se deve deixar arrastar além das relações estabelecidas. Em contrapartida, esta atenção, que favorece a distância e a lucidez, pode destruir esta relação de confiança também indispensável.

O estabelecimento de uma relação de confiança está ligado ao fator tempo, dependendo a qualidade das informações obtidas do tempo disponível. Nesta pesquisa, considerando o tipo de informação pretendida, não houve muito tempo, apenas oito semanas, para encontrar as pessoas, estabelecer contatos, explicar “as causas e razões” do trabalho, buscar um acordo para as “regras do jogo” e construir uma relação durante as entrevistas, sempre tendo em conta os encontros falhados e acontecimentos imprevistos.

De qualquer das formas, a relação estabelecida entre duas pessoas é sempre particular. Mesmo e quando a confiança está presente, não deixa de ser uma relação assimétrica onde o entrevistador

⁷ Ver Anexo II - cópia do questionário.

detém mais poder. É ele quem conduz a entrevista e, conseqüentemente, o status de “pesquisador” e de “conhecedor” reforça esta posição e a outorga de uma certa legitimidade. No entanto, não se pode crer que a posição do entrevistado seja diminuída porque deste depende a qualidade do trabalho do pesquisador. Além disso, aquele detém determinados meios de controle da relação estabelecida como estar ou não presente, responder ou não, entre outras.

Com os mesmos objetivos das entrevistas não-diretivas e dos questionários aplicados às lideranças e para corroborar ou não as informações dadas por estas e/ou acrescentar novas informações foram realizadas entrevistas não-diretivas, com roteiro pré-estabelecido com os integrantes da equipe técnica do Programa.

A rotina de trabalho e os hábitos culturais dos informantes determinaram que todas as entrevistas fossem realizadas no período da manhã. Em ambos os bairros, as entrevistas ocorreram em espaços sociais comunitários construídos durante a implementação do Programa. As entrevistas da Caluva ocorreram no Posto de Saúde do bairro e no Sofrio, excetuando a do *Soba*, no Jango⁸ comunitário. No Sofrio, o fato das entrevistas terem ocorrido no Jango comunitário é comentada por um dos entrevistados da seguinte maneira:

“O Jango (...) na nossa indígena é a casa dos Mais Velhos, chama “otchioto”⁹, onde que se ensinam as crianças. O próprio pai com os filhos sentam no Jango para ensinar como que anda o mundo, como que se pode fazer, como pôr respeito, como que (...), é que chama o Jango. (...). É o Jango para nós sentar, para nós pôr a conversa de conforme que aqui veio o Chefe (entrevistador). A gente sentamos, sentamos, sentamos como vamos fazer, como vamos fazer. Quando o Chefe chega nós, já temos o que é que a gente conversamos para o Chefe poder também explicar e também levar, dizer que encontrei um conselho assim, assim, assim. É que chama o Jango.” (Entrevista 01)

Pela importância cultural e social na sociedade angolana, a entrevista ao *Soba* decorreu no respectivo *ehumbu*¹⁰, na presença do Secretário do mesmo, localmente designado como *Sekulu*. A presença deste além de representar um símbolo prestígio e poder, serviu também para ajudar na tradução de algumas palavras nas línguas portuguesa e mumuíla. Embora a entrevista tenha

⁸ Construção circular vazada, coberta de capim, com apenas uma entrada, simbolizando espaço de poder, resolução de conflitos e interação social na sociedade tradicional angolana.

⁹ Fogueira em Mumuíla, língua nacional falada na província da Huíla.

¹⁰ Área residencial familiar *Soba* ou chefe de agregado que incluem a residência dos mesmos, as das suas esposas e filhos menores, podendo residir também alguns filhos adultos e sobrinhos com as respectivas esposas e filhos.

decorrido na língua portuguesa e o Soba tenha mostrado fluência e compreensão mesma, a presença desta terceira pessoa ajudou a esclarecer algumas palavras e expressões que ficavam pouco claras tanto para o entrevistado e como para o entrevistador. No final da entrevista, houve com um brinde à presença do entrevistador proposto pelo *Soba* alegando:

“(...) é uma coisa boa porque você está a cumprir nós. Está nos trazer orientações novas aqui. Para nós também, os nossos filhos desse para ficar, para se preparar, para ir à escola. Também para dizer que, afinal de contas, no mundo tem de trabalhar assim, (...) conforme você que está a ensinar nós” (Entrevista 01)

Assim, se o comportamento das lideranças pode estar estreitamente ligado ao contexto nas quais estão inseridas, evidentemente está também marcado pela sua história pessoal, pelo processo de aprendizagem na sua família, na escola ou ao longo da sua vida profissional onde se adquirem *“capacidades cognitivas e relacionais que condicionam tanto a sua percepção da situação como a sua capacidade de ajustar os seus comportamentos”* (Friedberg,1993:217). As informações recolhidas corresponderam a dois níveis: uma parte sobre o percurso pessoal de cada um dos interlocutores, lideranças do Sofrio e da Caluva; outra parte sobre o contexto onde elas se movimentam e que constituem o conjunto de *“constrangimentos e oportunidades”* com os quais são confrontados.

O conhecimento do percurso pessoal das lideranças foi obtido através da realização das entrevistas não-diretivas e da aplicação dos questionários. Ambos os métodos de coleta de dados permitiram integrar as oportunidades e constrangimentos presentes na vida dos interlocutores, considerando que: *“(...) nós aprendemos a prática do sujeito, como ele atua diante determinadas situações, as lições que tira das suas experiências, dos seus projetos, mas (...) aprendemos também a história social através de experiências individuais”*. (Deslauriers, 1991: 42).

Outro fato interessante ligado às entrevistas e revelado por vários dos interlocutores, suscita a questão da permanente reconstrução dos objetos do discurso. No fim de cada entrevista, quando

agradecendo pela disponibilidade em ter recebido o pesquisador e pela participação neste trabalho, alguns deles responderam o seguinte:

“Sim, agradecemos a visita que nos fez porque está nos a fazer lembrar o que a gente tinha feito. Ficamos muito contentes com a presença de você que está nos adiantar as coisas boas, novas para nós. Nós ficamos agradecidos porque não nos esqueceu; veio a primeira vez e agora voltou. Assim, o nosso chefe (o entrevistador) está mesmo a ficar conosco”. (Entrevista 01)

“(...) queria agradecer a oportunidade que foi me dada para esta entrevista pelo Sr. Nando (o entrevistador). Espero que aconteçam muitas vezes para nós também ganharmos experiência, ganharmos conhecimento do trabalho que se vai realizar”. (Entrevista 05)

“Tenho a agradecer a presença da entidade em epígrafe (o entrevistador) para dizer que momentos desses voltassem a acontecer, de inquéritos, para ver a nossa metodologia de trabalho, analisarmos. (...)”. (Entrevista 03)

A “verdade” dos interlocutores, como a de grande parte das pessoas, vista como objeto de reflexão tem um movimento permanente, de “reposição da ordem” e (re)construção, mesmo que (in)conscientes do movimento de (re)atualização constante da sua “verdade”. A objetividade das Ciências Sociais, pelo menos essa que correntemente é citada e que permite a obtenção de dados justos e ajustados à uma determinada realidade, não pode existir sem a intervenção de ambos, entrevistado ou entrevistador. Caso possível, cabe ao pesquisador tentar confirmar que o obtido como informação seja considerado como a “verdade atual” do entrevistado. Talvez o mais importante, seja destacar os elementos de construção de um quadro lógico e plausível onde possam

estar inseridos todos os elementos que, entre outros, o entrevistado dispõe relativos ao contexto da ação, história da região e vida social, econômica e política do local em estudo.

A aplicação dos questionários foi feita por uma equipe de 10 (dez) pessoas devidamente treinadas pelo coordenador da pesquisa¹¹. A aplicação dos questionários ocorreu simultaneamente nos dois bairros, tendo sido feita por uma equipe de 5 (cinco) pessoas em cada bairro. Os dados coletados foram rigorosamente tabulados e analisados através do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), permitindo desenvolver as argumentações que nortearam as hipóteses e objetivos deste trabalho.

2.1 Perfil dos entrevistados (entrevistas não-diretivas com as lideranças e Técnicos do Programa)

- **Lideranças**

1. Liderança do sexo masculino, 63 anos de idade, analfabeto, residente no bairro do Sofrio há trinta e seis anos, exercendo o papel de liderança há treze anos;
2. Liderança do sexo masculino, 40 anos, ensino médio completo, residente no bairro do Sofrio há dezessete anos, exercendo o papel de liderança há cinco anos;
3. Liderança do sexo masculino, 27 anos de idade, ensino médio incompleto, residente no bairro do Sofrio há dezesseis anos, exercendo o papel de liderança há cinco anos;
4. Liderança do sexo masculino, 39 anos de idade, 3º nível completo, residente no bairro do Sofrio há trinta e quatro anos, exercendo o papel de liderança há seis anos;
5. Liderança do sexo masculino, 58 anos de idade, ensino médio incompleto, residente no bairro do Sofrio há quinze anos, exercendo o papel de liderança há treze anos;
6. Liderança do sexo feminino, 35 anos de idade, 3º nível completo, residente no bairro do Sofrio há doze anos, exercendo o papel de liderança há cinco anos;

¹¹ Foram realizados dois pré-testes no intuito de finalizar o conteúdo do questionário.

7. Liderança do sexo feminino, 46 anos de idade, 1º nível incompleto, residente no bairro do Sofrio há vinte e um anos, exercendo o papel de liderança há cinco anos;
8. Liderança do sexo feminino, 64 de idade, 1º nível incompleto, residente no bairro do Sofrio há quarenta e cinco anos, exercendo o papel de liderança há cinco anos;
9. Liderança do sexo masculino, 39 anos de idade, 1º nível incompleto, residente no bairro do Sofrio há catorze anos, exercendo o papel de liderança há quatro anos;
10. Liderança do sexo masculino, 39 anos de idade, 2º nível completo, residente no bairro do Sofrio há onzee anos, exercendo o papel de liderança há sete anos;
11. Liderança do sexo masculino, 42 anos de idade, 1º nível completo, residente no bairro do Sofrio há dezesseis anos, exercendo o papel de liderança há sete anos;
12. Liderança do sexo masculino, 49 anos de idade, 1º nível completo, residente no bairro do Sofrio há dez anos, exercendo o papel de liderança há seis anos.

- **Técnicos do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango**

1. Sexo feminino, 37 anos de idade, Técnica Média de Agronomia, exerceu a função de Técnica Comunitária durante quatro anos;
2. Sexo masculino, 33 anos de idade, Técnico Médio de Agronomia, exerceu a função de Técnico Comunitário durante quatro anos;
3. Sexo feminino, 39 anos de idade, Economista, exerceu a função de Assistente Financeira durante três anos;
4. Sexo feminino, 40 anos de idade, Pedagoga, exerceu a função de Coordenadora durante quatro anos;
5. Sexo masculino, 49 anos de idade, Técnico Médio de Biologia, exerceu a função de Técnico Comunitário durante seis anos.

2.2 Características sócio-econômicas dos entrevistados (questionários)

Realizando uma breve caracterização sócio-econômica dos 111 (cento e onze) entrevistados através das entrevistas diretivas, foi possível chegar as seguintes conclusões:

Quanto ao gênero, 79 (setenta e nove) das lideranças foram do sexo masculino e 32 (trinta e duas) do sexo feminino, correspondendo respectivamente a 71,2% e 28,8% da amostra pesquisada. A faixa etária dos entrevistados está compreendida entre 31-50 anos (71,1%). Em relação à naturalidade, não obstante 55,9% serem originários da província da Huíla, deve-se considerar o fato de 73,9% pertencerem ao grupo étnico Ovimbundu e 32,4% serem deslocados de guerra. Este extrato de entrevista corrobora o último aspecto atrás descrito “(...) *naquela altura, estavam a concentrar-se aqui na cidade do Lubango uma série de deslocados que vinham de outros municípios*”. (Entrevista E)

Entre os entrevistados percebeu-se a existência de 10,8% de analfabetos e analfabetos funcionais, 19,8% possuem o primeiro grau completo e, apenas, 2,7% dos entrevistados possuem nível superior completo. No referente às ocupações profissionais dos entrevistados foi possível perceber que 15,3% estavam desempregados, 18,9% eram professores primários, 12,6% autônomos e 11,7% funcionários públicos. Os dados acima descritos refletem o baixo poder aquisitivo dos entrevistados onde 75,2% possuem renda mensal familiar inferior a US\$ 50,00. Esses fatos inibem o consumo de bens materiais pelos entrevistados, considerando que apenas 9% possuem geladeira ou freezer em suas residências. 93,7% usam fogareiro (fogão a carvão), em contrapartida, apenas 49,5% dos entrevistados possuem fogão a gás e 37,8% possuem televisor.

Sobre os serviços de infra-estrutura básica foi percebido que apenas 6,3% dos entrevistados possuem água canalizada em suas residências o que leva que 56,8% a recorrerem à cacimba para conseguir este bem. Por outro lado, 55,9% dos entrevistados demonstraram possuir luz elétrica em suas residências.

2.3 Os limites do trabalho

Os limites mais importantes deste trabalho estão ligados ao tempo disponível para a realização do mesmo. O tempo disponível foi fortemente influenciado pela metodologia utilizada na pesquisa empírica, pela amplidão das fontes de informação e, por consequência, pelo alcance deste

trabalho. Mesmo que tenham sido estabelecidos laços de confiança com os interlocutores, uma maior disponibilidade de tempo permitiriam conhecer melhor aqueles e enriquecer a construção da lógica inicialmente citada. Por isso mesmo, o tempo restrito não permitiu, como desejado, a (re)verificação de certas informações obtidas.

É enfatizada a questão do tempo disponível porque parte do trabalho se debruça sobre “as relações de parceria” cuja análise empírica foi prejudicada pelo fator já referido. Na realidade, a questão das relações de parceria foi abordada nas entrevistas e nos questionários, mas não foi possível um maior e melhor aprofundamento sobre esta discussão. Nas entrevistas não-diretivas realizadas com as lideranças mais representativas e a equipe técnica do Programa não foi possível determinar melhor percepção sobre as modalidades que conformam esta relação, ou seja, os modos de financiamento, as ações de capacitação/formação e a maneira como este tipo de relação se estabelece e se perpetua. Assim, a reflexão sobre “as relações de parceria”, baseada na pesquisa empírica realizada no Lubango, deve ser vista como exploratória. Esta reflexão poderá ser teoricamente enriquecida em um posterior trabalho sobre este assunto.

A curta duração da estada no Lubango não permitiu estabelecer uma relação de maior familiaridade com os sujeitos/objetos da pesquisa empírica e de pesquisar mais detalhadamente as características sócio-culturais atuais da cidade e da província. Certamente, o conhecimento sobre a cultura local é superficial, considerando a necessidade e intenção iniciais de compreender a “lógica local”. As informações e dados apresentados neste trabalho são provenientes de fontes bibliográficas de natureza diversa. Os documentos sobre o contexto sócio-cultural atual da província são quase inexistentes e, quando existem desatualizados. Assim, a elaboração deste trabalho apresenta algumas lacunas motivadas por esta razão.

CAPÍTULO III

Elementos geográfico-históricos de Angola

A República de Angola situa-se na região ocidental da África Austral, ocupando o seu território uma superfície de 1.246. 700 km², 1.650 km de costa e 4.837 de fronteira terrestre. A província de Cabinda, a mais setentrional, constitui um enclave separado do restante território pelo Congo Democrático (ex-República do Zaire) e confinado a Norte e Nordeste com a República do Congo. A maior parte do território nacional faz fronteira a Norte e Nordeste com o Congo Democrático, a Sudeste com a República da Zâmbia e a Sul com a República da Namíbia.¹²

O país pode ser dividido em seis zonas geomorfológicas: faixa litoral, zonas de transição para o interior, cadeia marginal de montanhas, planalto antigo, bacia do Zaire e bacias do Zambeze e do Cubango.

As bacias ocupam pouco mais de 60% do território, sendo caracterizadas por extensos planaltos do interior e pelo relevo do talude atlântico que desce em escadarias para o oceano. Cerca de 65% do território situa-se a uma altitude entre 1.000 e 1.600m, localizando-se na região central os pontos culminantes: montes Moco (2.620m) e Meco (2.583m).

Os rios mais importantes têm a sua origem na região planáltica central, correndo em três sentidos: Atlântico, Sul/Sudeste e Norte. Existem cinco grandes bacias hidrográficas que correspondem aos rios Zaire, Kwanza, Cunene, Kubango e Queve.

3.1 A chegada dos Portugueses

Em 1482, com a chegada, à foz do rio Congo ou Zaire, das caravelas portuguesas comandadas por Diogo Cão, começam a ocorrer mudanças radicais na estrutura política e sócio-econômica de todas as sociedades tradicionais. No início da colonização portuguesa, nos finais do

¹² Ver Anexo III – cópia do mapa da República de Angola

séc. XV havia um bom relacionamento entre o *Reino do Kongo* e Portugal com um intercâmbio aparentemente vantajoso para ambas as partes.

Já no séc. XVI, os Portugueses descendo o litoral para Sul e penetrando no interior ao norte do rio Kwanza, chegaram ao *Reino dos N'gola (N'dongo)* então governado por *N'gola Kiluanji* a que, por falta de domínio ou desconhecimento da língua local, designaram por Angola. Supõe-se que o *Reino do N'dongo* tenha sido formado nos séc. XIV-XV e que mantinha um intenso e vigoroso comércio com os *Reinos* vizinhos. Mais tarde, entre 1576-1605, os interesses portugueses recaíram sobre as potencialidades mineiras do *Reino*. Entre 1605 e 1641, o objetivo português passou a ser o domínio político do território, começando as grandes campanhas de conquista e desbravamento das terras do interior.

O tráfico de escravos para a América passou a ser o grande negócio, interessando tanto aos Portugueses como a alguns chefes tradicionais angolanos. Este novo negócio provocou um massivo êxodo de mão-de-obra, deixando os campos de cultivo sem braços para trabalhar e causando profundas e irreparáveis alterações sócio-políticas nas sociedades tradicionais.

N'gola Kiluanji, Rei do N'dongo, resiste à Coroa portuguesa, provocando fortes investidas militares para a tomada do poder pela força. O domínio da região ocupada pelo *Reino do N'dongo* tinha uma importância estratégica para a captura, transporte e embarque dos escravos para a América. Os chefes N'gola resistiram e, graças à acção de *N'jinga M'bandi*, considerada uma exímia diplomata e política, o seu poder foi mantido por mais algumas décadas. No entanto, a dominação do território não foi tarefa fácil, mantendo os *Reinos de Matamba* e de *Kassanji* a sua independência até ao séc. XIX.

Em 1617, Manuel Cerveira Pereira chega ao litoral sul e submete os *Sobas dos Mundombe e dos Hanha*, fundando o *Reino de Benguela*. Tal como em Luanda, em Benguela passa a funcionar uma pequena administração colonial.

As disputas territoriais pelas terras de África envolviam países econômica e militarmente mais fortes como a Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, fato que constituía motivo de grande

preocupação para Portugal. Considerando esta questão, Lisboa sentiu a necessidade urgente de um domínio mais eficaz do território já conquistado, reformando a sua política colonial no sentido de uma ocupação mais efetiva. A partilha do continente viria a acontecer um pouco mais tarde na Conferência de Berlim, realizada em 1885.

Em 1869, os territórios sob o domínio português, Angola (*N'gola*) e Benguela, fundem-se em apenas uma unidade, com o estatuto de Província. Anteriormente a esta data, a abolição da escravatura constituiu o grande acontecimento político-económico. Porém, a escravatura não desapareceu "*por decreto*". Houve períodos de transição em que ocorreu um grande aumento do tráfico e grandes abusos com a conseqüente revolta das populações. No final do séc. XIX, a presença portuguesa nos territórios angolanos é referida por alguns historiadores como "*amorfa, oficiosa e por vezes caótica*".

Cada vez tornava-se mais visível a presença dos concorrentes europeus que efetivavam melhor a ocupação dos seus territórios. Esta nova situação obrigou as autoridades portuguesas a empreenderem expedições para o interior da colónia, visando o reconhecimento e a conquista do restante território, com grande resistindo dos *Reinos*, sobretudo o do *Kongo*. No início do sé. XX, as campanhas do Planalto Central revelaram a resistência das populações e a força dos reis do *Bailundo* e de outros *Reinos* independentes que fizeram retardar a dominação completa do território até aos finais do primeiro cartel do séc. XX. Pélisser (1978) enfatiza que "*em nenhuma outra parte da África tropical, uma potência colonial teve de empenhar tantos homens durante tanto tempo para vencer tão poucos adversários*".

O final do séc. XIX marcaria a organização de uma administração colonial em correspondência com o espaço e os homens a dominar apesar da implantação ter sido morosa e difícil. A estratégia adotada no domínio da economia assentava basicamente na agricultura e na exportação de matérias-primas que a colônia produzia. O comércio da borracha e do marfim, entre outros produtos, originava grandes rendimentos para Lisboa, ainda acrescidos pelos impostos cobrados às populações locais.

No início do séc. XX, foram implementadas outras reformas que alteraram a política colonial portuguesa em Angola. Apesar dos fracos recursos tecnológicos que Portugal possuía, a Coroa optou por desenvolver a colônia ainda que com muito pouca convicção. Em 1910, o derrube da monarquia em Portugal e uma conjuntura internacional favorável acabariam por pressionar a elaboração de novas reformas no domínio administrativo, agrícola e educativo. Em 1933, com o nascimento do Estado Novo, em Portugal, que se pretende extensivo às colônias "*além mar*", Angola passa a ser considerada como província ultramarina, parte integrante de Portugal "*uno e indivisível; do Minho a Timor*".

A situação vigente era aparentemente calma. Doravante, no segundo cartel de do séc. XX, esta calma passou a ser posta em causa pelo aparecimento dos primeiros movimentos nacionalistas. Inicia-se assim a formação de organizações políticas mais explícitas a partir da década de 50 que reivindicavam os seus direitos. Através da promoção de campanhas diplomáticas e de mobilização da opinião pública, fazem ouvir as suas vozes ao mundo inteiro, pugnando pela independência nacional. No entanto, o poder colonial insistia em não ceder às propostas das forças nacionalistas, provocando, na década de 60, o desencadear de conflitos armados diretos, designados por "*luta armada de libertação nacional*".

Nessa luta destacaram-se o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) fundado em 1956, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) fundada em 1961 e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) que se relevou em 1966. Depois de longos anos de confrontos armados entre as forças nacionalistas e o exército colonial português, o país alcança a sua independência a 11 de Novembro de 1975 com a designação de República Popular de Angola.

3.2 A história - das origens à independência

O território que constitui a República de Angola é habitado desde a Idade da Pedra como atesta a presença de estações de arte rupreste ao longo do litoral. No entanto, foi na Idade do Ferro que surgiram as primeiras migrações de povos mais evoluídos, os *Bantu*. Vindos da África Central ,

provavelmente da região que atualmente é parte integrante da República dos Camarões e da Nigéria, trouxeram novas técnicas - a metalurgia, a cerâmica e a agricultura - totalmente assimiladas pelos nativos, criando-se a partir de então, as primeiras comunidades agrícolas. A migração dos primeiros agricultores decorreu lentamente ao longo de muitos séculos, conformando os diferentes grupos étnicos que evoluíram até aos dias de hoje.

O processo de fixação decorre até ao séc. X, começando com a estruturação dos grupos étnicos e conseqüente formação dos *Reinos*. Alguns grupos etno-linguísticos, como os *Ovimbundu*, formaram vários *Estados*, mantendo a coesão baseada num passado comum não obstante, por vezes, bastante remoto. Provavelmente a partir do séc. XIII começam-se a definir as autonomias, mas só mais tarde, no séc. XIX o processo se consolidará. Os *Reinos* surgem da efetivação de um poder centralizado num chefe de linhagem (*Mani*) que mercê do seu prestígio e poder econômico, ganhou o respeito da comunidade que o rodeia.

Os Estados que se formaram são testemunho da organização política das comunidades, aparecendo em épocas relativamente afastadas no tempo. Enquanto o *Reino do N'dongo* se debatia com os Portugueses (séc. XVI) para preservar a sua unidade, o *Reino do Kongo* estabelecia relações comerciais regulares com a Europa e o *Reino da Lunda* nem sequer fora formado.

3.2.1 As populações angolanas e suas línguas

A grande maioria dos 13.000.000 de habitantes que constituem a população de Angola provem de povos de origem *Bantu*. Porém, outra componente considerável surge da miscigenação que desde cedo começou a existir; primeiro entre os diversos grupos étnicos que migraram para o território angolano e, posteriormente, com os europeus (maiormente portugueses) durante o período da colonização. Existem ainda algumas minorias não *Bantu* como os *Bosquímanos* (ou *Bochimanes*) e um considerável número de europeus.

Entre 3.000 a 4.000 anos atrás, os *Bantu* deixando a selva equatorial africana, região que atualmente constituem as República dos Camarões e da Nigéria, rumaram em dois movimentos

distintos, para Sul e para Leste, empreendendo assim uma migração jamais verificada em África. De causas até hoje desconhecidas pelos estudiosos, essa corrente migratória prolongou-se até ao séc. XIX. O cinturão da selva equatorial era uma barreira intransponível. Apenas o machado ou machete de ferro, a rápida e nutritiva produção da banana e do inhame lhes permitiram realizar uma odisséia que durou séculos. O excelente nível alimentar favoreceu uma invulgar explosão demográfica.

A exuberância da selva equatorial, os rios e as lagoas das extensas savanas, propícias a agro-pastorícia, o conhecimento do ferro, mineral tão frequente em África, impulsionaram a grande aventura. Caminhando sempre em direção ao Sul, os *Bantu*, povo vigoroso, armado e organizado venceram e escravizaram os indefesos *Pigmeus* das florestas da África central e os *Bosquímanos*.

A designação *Bantu* nunca se refere a uma unidade racial. A sua formação e expansão migratória originaram uma enorme variedade de cruzamentos étnico-lingüísticos, existindo aproximadamente quinhentos povos *Bantu*. Deste modo, não é possível falar-se de raça, mas de povos *Bantu*, ou seja, comunidades culturais com civilização comum e línguas aparentadas. Depois de tantos séculos em que se realizaram muitas deslocações, cruzamentos, guerras, sendo tão diversas as influências recebidas, os grupos *Bantu* conservam ainda as raízes de um tronco originário comum.

O termo *Bantu* é aplicado à uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvida por povos de raça negra. O radical "*ntu*", comum a muitas línguas *Bantu*, significa Homem, pessoa humana, sendo "*ba*" a forma plural. *Bantu* ou *Banto* como também se escreve, significa Homens, seres humanos.

As línguas *Bantu*, que se podem contar as centenas, têm um grau de parentesco tão próximo, compreendido apenas por partirem de um tronco primitivo comum. Os *Bantu*, além do parentesco conservam um fundo de crenças, ritos e costumes similares, uma cultura com traços específicos e idênticos que os assemelha e agrupa, independente da sua identidade racial. Caracterizam-se culturalmente por uma tecnologia variada, esculturas de grande originalidade estilística, um

somatório de conhecimentos empíricos notáveis, uma literatura oral densa, de notável expressão intelectual.

O *Bosquínamo*, as línguas *Bantu* e o Português são, actualmente, as línguas faladas em Angola por ordem de antiguidade, possuindo as duas últimas forma escrita. As línguas *Bantu* apresentam unidade genealógica. Estermann (1993), eminente estudioso das culturas *Bantu* afirma que "*o primeiro ponto adquirido da lingüística comparada foi a unidade da língua Bantu*". Afirma ainda a propósito da história do conhecimento desta unidade lingüística, que os primeiros viajantes portugueses constataram que os naturais de Angola (costa ocidental de África) poderiam comunicar-se originalmente com os de Moçambique (costa oriental de África). Os *Bantu* angolanos dividem-se em nove grandes grupos etno-lingüísticos, nomeadamente *Quicongu*, *Ovimbundu*, *Lunda-Quioco*, *M'bundu*, *N'ganguela*, *N'haneca-Humbi*, *Ambó*, *Herero* e *Xindonga*, que por sua vez se subdividem em cerca de uma centena de subgrupos, tradicionalmente designadas por tribos.

CAPÍTULO IV

Contexto de desenvolvimento na Huíla

Com uma superfície de 79.022 km², a província da Huíla está situada na região Sudoeste de Angola, delimitada pelas províncias de Benguela, Huambo e Bié a Norte, Cuando Cubango a Leste, Cunene a Sul e Namibe a Oeste. O território da província integra um vasto conjunto de superfícies planálticas do interior de Angola com altitudes entre 1.000 e 2.300 metros devido à estrutura fisiográfica “em degraus” do território de Angola. O clima varia entre o tropical de altitude no centro, norte e planalto da Humpata e semi-árido nas áreas de menor altitude. A Huíla, como todo território angolano, tem duas estações climáticas definidas; a das chuvas e o cacimbo, estação seca. A primeira compreende o período de Outubro a Abril com temperaturas médias entre 19° e 21°C e precipitações entre 600 e 1.200 mm. Na região leste, a província é atravessada pelo rio Cunene e na região sul pelo rio Caculuar, o maior afluente da margem direita daquele, nos seus cursos médio e inferior.

Administrativamente, está dividida em treze municípios: Quilengues, Lubango, Humpata, Chibia, Chiange, Quipungo, Caluquembe, Caconda, Chicomba, Matala, Jamba, Chipindo e Kuvango.

Os principais grupos etno-linguísticos da província são os Nyaneka-Humbi, Umbundu, N’ganguela, Tchokwe, Herero e não-Bantu. Como em todo país, o Português é a língua oficial.

4.1 A guerra: instabilidade, insegurança e movimentação “desordenada” de pessoas e bens

Com a independência de Angola, a província conheceu a partida de grande parte da população de origem portuguesa. Devido ao apoio que o governo da Angola socialista concedia aos movimentos de libertação da Namíbia (SWAPO) e da África do Sul (ANC), a província era regularmente atacada pelo exército sul africano. Estrategicamente, estes ataques tinham como alvo importantes empreendimentos econômicos como fábricas e estações hidrelétricas.

A província tem um número elevado de população deslocada afetada tanto pela situação de guerra como pela seca. Em Dezembro de 1994, dados não confirmados¹³ estimavam que havia 230.000 na situação de deslocados de guerra concentrados, na sua maioria, nas sedes de alguns municípios e em campos de deslocados nos municípios da Humpata, Lubango, Quipungo e Matala, provenientes de municípios do interior e das províncias limítrofes. Na mesma altura, o número de deslocados devido à seca era de 251.900¹⁴ pessoas dos quais 127.000 em estado mais carente e concentrados em três municípios no sul da província. Este número tende a cair significativamente, pois as chuvas registradas em 1995 e anos posteriores foram quantitativamente superiores. Esta situação causou graves problemas e carências alimentares a estes grupos da população.

Em 1994, a CARE International realizou um estudo onde concluiu que na zona peri-urbana da cidade do Lubango existia um elevado número de população deslocada onde a percentagem de crianças em estado de má nutrição era de 10,5% e, em alguns bairros, registrando-se casos de má nutrição severa em percentagem elevada, de 2,5 a 16,2%. No município da Chibia, uma das zonas agrícolas afetadas pela seca, a taxa de má nutrição foi estimada em 7,9%.

4.2 “Establização”, “reconstrução” e ajuda

Nos finais da década de 80, as transformações econômicas e políticas ocorridas em Angola aliadas ao contexto de precariedade provocado pela guerra, conseqüente queda da produção agrícola e à seca, na província da Huíla, tiveram como conseqüência particular um grande afluxo de ajuda internacional no país. Em certa medida, auxílio de emergência minorou alguns problemas sociais das populações afetadas pela seca e pela situação de guerra.

A ajuda humanitária iniciada no fim da década de 80 aumentou de volume com o presumível fim da guerra, posterior assinatura dos Acordos de Paz em Maio de 1992, em Bicesse/Portugal. Foram postos em execução vários programas de emergência, reabilitação, repatriamento e estabilização de deslocados e refugiados. O número de ONGs e organismos internacionais de ajuda

¹³ Segundo o Comitê Provincial de Emergência, órgão afeto ao Governo Provincial.

¹⁴ De acordo à Direção Provincial do MINARS (Ministério de Assistência e Reinserção Social)

humanitária e de desenvolvimento aumentou significativamente. Pela sua importância, alguns destes programas postos em execução marcaram consideravelmente a vida sócio-econômica da província.

Além das populações deslocadas, os soldados desmobilizados pelos Acordos de Bicesse, a maior parte dos quais enfrentando grandes dificuldades para reinserção na vida social pelo fato de terem permanecido muitos anos no exército e de não poderem voltar para as zonas de origem também foram os principais beneficiários deste tipo de programas. Várias ONGs implementaram projetos que permitiram o acesso a créditos bonificados e dirigidos a atividades produtivas informais, agricultura e habitação. Pela experiência acumulada, neste tipo de apoio tem-se destacado a intervenção da ADRA inicialmente numa área rural e atualmente em alguns bairros peri-urbanos do Lubango.

4.3 A intervenção da ADRA na província da Huíla

Em 1991, no município de Kaluquembe e em parceria com a ACORD, a ADRA iniciou a sua atividade na província da Huíla. Nesta ação foram ensaiados os primeiros passos de uma metodologia participativa, inovadora em Angola. Infelizmente, o reinício da guerra em 1992, não permitiu a continuidade do projeto além do primeiro ano. No entanto, a experiência adquirida e a confiança estabelecida entre a ADRA e a ACORD permitiram a consolidação de uma parceria expressa na identificação de duas novas ações: o Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango (1992) e o Programa de Desenvolvimento Participativo dos Gambos (1994) que, ainda que indiretamente, funcionaram como laboratório e núcleo de capacitação das equipas responsáveis por outros projetos e programas da ADRA.

No Lubango, o Programa visou o apoio à auto-organização e capacitação da população, assentando na pesquisa de alternativas produtivas que permitiram a geração de rendimentos à população pobre dos bairros do Sofrio e da Caluva, onde o número de deslocados de guerra é maior), e no desenvolvimento de ações que permitiram a melhoria das infraestruturas sociais e serviços nesses dois bairros, privilegiando sempre o envolvimento da população. De acordo às

prioridades estabelecidas pela população, foi dado um particular ênfase ao abastecimento de água potável e construção, reabilitação e gestão de infraestruturas sociais (escolas e postos de saúde). A pesquisa participativa para aprofundamento e conhecimento dos principais problemas do bairro foi outra das ações desenvolvidas pelo Programa.

Nos Gambos, um município de agro-pastores com um frágil equilíbrio ecológico, a intervenção da ADRA foi precedida de um estudo sobre as condições ambientais, os sistemas pastoris e o sistema social (1992) e de um outro de pré-identificação das ações desenvolver (1993). Iniciado em 1994 com a mesma estratégia e metodologia do anterior, o Programa assenta a sua atividade no apoio à criação de gado (abeberamento de água, assistência veterinária e comercialização), no abastecimento de água potável, na melhoria das condições de saúde e de educação, e no reforço das estruturas organizativas locais.

A partir de 1992, financiado pela União Européia e em parceria com a MOLISV, ONG italiana, foi desenvolvido o Projeto Huíla – Paz e Desenvolvimento com atividades no município da Humpata, na comuna da Huíla e na periferia do Lubango. Este Projeto, não obstante do ponto de vista metodológico não ter tido o nível qualitativo dos anteriores, superou-os em relação ao número de famílias envolvidas (mais de 2.000) e na quantidade de realizações (apoio à produção agrícola, pequenos regadios, tração animal, criação de aves e coelhos para melhoria da dieta alimentar e da renda familiar, atividades de geração d renda, construção de infraestruturas sociais – escolas, latrinas, pontos de água, postos de saúde -, cozinhas comunitárias e ajuda alimentar no sistema “comida pelo trabalho” em casos específicos e bem determinados. Em sistema de crédito, o Projeto distribuiu sementes a mais de 9.000 famílias, apoiando organizações comunitárias locais e várias Igrejas nos seus programas de educação e de formação profissional.

Em 1994, em parceria com a Fundação Eduardo Mondlane (ONG holandesa) e financiado pelo governo holandês, foi desenvolvido um projeto de emergência em Castanheira de Pêra que apoiou mais de 3.000 famílias deslocadas dos municípios da Jamba, Kuvango e Chipindo. Foram

fornecidos instrumentos de trabalho, materiais de construção, utensílios domésticos e de trabalho, sementes e roupas.

4.4 O Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango

Iniciado em 1993 em parceria com a ACORD, ONG britânica, este Programa foi implementado nos bairros peri-urbanos do Sofrio e da Caluva, com características etno-linguísticas, sociais, culturais e econômicas distintas. Enquanto que no Sofrio a população dedica-se fundamentalmente a pequenas atividades no setor informal ou trabalha como assalariada, na Caluva essencialmente residem camponeses deslocados, provenientes na sua maioria da área rural do município da Caconda.

As atividades do Programa concentraram-se no apoio a iniciativas de geração de renda através da concessão de subsídios e pequenos financiamentos, na contribuição para a melhoria das infraestruturas sociais (construção e reabilitação de escolas, lavanderias, postos de saúde, pontos e rede de abastecimento de água) e na melhoria da capacidade organizativa das populações. A principal estratégia foi a de dinamizar um processo participativo integrado, estabelecer uma parceria de colaboração entre a população dos bairros da Caluva e do Sofrio, reforçar a capacidade para resposta às necessidades de acesso, promoção e controle dos próprios recursos.

A reabilitação e a construção de infra-estruturas sociais foi uma atividade desenvolvida facilitou o acesso da população dos dois bairros a este tipo de serviços. A construção dessas infra-estruturas incentivou o surgimento de formas organizativas locais ligadas as necessidades concretas da população. Assim, foi possível trabalhar a sua capacidade organizativa através de ações de formação com um vasto espectro de temáticas.

4.4.1 Os bairros do Sofrio e da Caluva¹⁵

O Sofrio é um bairro peri-urbano que possui elevada densidade populacional, produto da deslocação em massa de pessoas dos municípios da província da Huíla mais afetados pela guerra.

¹⁵ Ver Anexo IV – localização dos bairros.

Apesar de ser um bairro com algumas estruturas de serviços e saneamento básico criadas no período colonial, muitas delas estão degradadas devido ao crescimento desordenado da população do bairro e da falta de manutenção regular. Nos finais da década de 80, as casas foram construídas de forma desordenada, ignorando-se as regras básicas de urbanização e sem observação de normas de saneamento básico (sistema de esgotos, rede de água, recolha de lixo e latrinas).

O bairro tem características suburbanas cuja população, na sua maioria, se dedica a pequenas atividades informais ou trabalha no setor público da cidade do Lubango.

Originariamente, o bairro tinha moradores de origem Nyaneka-Humbe que eram trabalhadores com baixa qualificação e provenientes de regiões próximas ao Lubango. Em 1976, começou a crescer com o fluxo de deslocados, verificando-se maiores mudanças maiores na década de 80. Atualmente, a população de origem étnica mais variada (N'ganguela, Ovimbundu e de vários subgrupos do Nyaneka-Humbe). Os Ovimbundu, oriundos de vilas do Planalto Central, entre outras exercem atividades profissionais como professores, enfermeiros. Algumas famílias são residentes há muito tempo, sendo que muitos dos deslocados vieram de vilas com infraestruturas e serviços sociais. No bairro, uma gama diversa de igrejas e seitas religiosas no bairro.

O bairro da Caluva surge da alocação de populações deslocadas de áreas rurais para a peri-urbana. Embora, majoritariamente, viessem da mesma área (Caconda) não tinham experiência de vida em zonas urbanizadas. Esta mudança fez com que a população do bairro tivesse que enfrentar um novo modo de sobrevivência para solução dos seus problemas num espaço onde não existia qualquer estrutura de serviços. O fato do surgimento recente do bairro e de não estar circunscrita na carta topográfica da cidade do Lubango motivou que fosse ignorado pelas diferentes estruturas municipais e provinciais vocacionadas ao atendimento da população. A população do bairro é essencialmente deslocada com características de zona rural, provenientes na sua maioria do município da Caconda. Tradicionalmente, dedicavam-se a agricultura de cereais e leguminosas, defrontada com uma nova realidade, diferente ao que estavam habituados, sobrevivem de pequenos negócios informais.

Os Ovimbundu adaptaram-se à falta de terra para o cultivo, dedicando-se ao mercado informal, revenda de produtos , confecção de adobes e fabrico de bebidas. No entanto, persistem dificuldades de adaptação ao novo meio, principalmente com os de maior idade. Uma destas dificuldades está relacionada com a questão cultural de utilização da latrina (fossas sépticas), por exemplo, quem poderia ver quem a entrando na latrina.

CAPÍTULO V

Discurso sobre as formas organizativas: emergência e *empowerment*¹⁶

Foram consultadas diversas fontes de informação sobre as formas organizativas na província da Huíla. O contato com várias pessoas de ONGs nacionais e estrangeiras, de agências internacionais de desenvolvimento que desenvolvem diversos tipos de intervenção na província. O discurso dessas pessoas deveras contraste depende tanto da posição em que é produzido, mas também dos modelos normativos referentes à sua relação com as formas organizativas locais. Essencialmente, o discurso espelha três tipos de opiniões:

- ONGs internacionais que analisando as formas organizativas locais são muito cépticas em relação às intenções destas últimas, em particular das suas lideranças traduzidas nas seguintes afirmações: *“as formas organizativas locais são inexistentes”, “são organizações que surgiram devido ao fato de haver financiamento disponível”, “as suas lideranças são corruptas e não têm interesse sincero pelo desenvolvimento ou pelas populações que dizem defender”*. Esta posição não é assumida por determinados agentes de desenvolvimento de organismos internacionais, mas também por angolanos residentes na Huíla, sobretudo quadros do aparelho do Estado, ou cidadãos relativamente indiferentes num país onde a corrupção é um acontecimento comum;
- ONGs internacionais que contrariando às primeiras tem um discurso “crente”: *“as formas organizativas locais são fracas”, “têm falta se conhecimento sobre questões de desenvolvimento e de meios, mas podem chegar lá. Sobretudo, necessitam de formação.”*. Esse discurso é de ONGs internacionais cujo “credo” é a cooperação descentralizada por uma parte e a “democratização da sociedade” por outra. Compreende um olhar céptico sobre a capacidade de ser apenas o Estado a desenvolver o país. Defende a necessidade das ações de desenvolvimento serem realizadas pelas formas

¹⁶ Friedmann, J. (1992) define *empowerment* como todo processo de acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. A opção em não traduzir *empowerment* decorreu da dificuldade em encontrar expressão equivalente em português com igual força.

organizativas locais, assegurando assim o seu próprio desenvolvimento e uma democracia verdadeira.

- Semelhante ao anterior em alguns aspectos enfatiza a democratização da sociedade e o papel do “movimento associativo” na construção e manutenção da democracia. Este discurso é otimista: “o número de formas organizativas, associações ou ONGs na Huíla é grande e algumas são muito dinâmicas.”. Geralmente estas palavras são de organizações angolanas tanto em Luanda como no Lubango que têm o papel de encorajar e reforçar as organizações locais e, a partir daí, promover o desenvolvimento”da “sociedade civil”. As formas organizativas locais surgem como os vetores de um desenvolvimento e de uma democratização mais “substantiva”¹⁷ porque estão mais próximas da população e, conseqüentemente, podem melhor representa-la. Como o segundo tipo de discurso encoraja as formas organizativas locais que serão capazes de defender o interesse dos seus membros e promover um desenvolvimento verdadeiramente autêntico almejado por uma grande da população.

Como afirmado por uma das lideranças:

“As ONGs devem trabalhar com os movimentos associativos locais, assim será dada uma alma ao movimento associativo angolano. Mas há necessidade de um movimento paralelo: o desenvolvimento do movimento associativo “moderno” (cooperativas, sindicatos) e trabalho de desenvolvimento ao nível comunitário, com associações surgidas da sociedade tradicional.” (Entrevista C)

Imediatamente, uma indagação é colocada ainda que a resposta não seja evidente; o que é uma forma organizativa?

¹⁷ Este termo utilizado por Bengoa distingue três níveis de democracia; formal, fundamental e substancial. Para Bengoa, J. “o conceito de democracia substancial refere-se ao processo de aprofundamento da liberdade dos cidadãos face ao Estado, ao processo de constituição e de reafirmação das diferenças culturais no seio da sociedade, ao processo de constituição das necessidades, dos interesses, das opiniões, dos programas e respectiva realização em ações, mobilizações e negociações com o resto da sociedade e do Estado”. – Educação para os Movimentos Sociais. Luanda: ADRA in Série Divulgação, nº 7.

Há uma certa imprecisão na utilização do termo “forma organizativa”¹⁸. É interessante abordar esta imprecisão do termo porque revela não apenas a maneira instrumental a que se faz recurso dele, mas também um determinado “esgarçamento” que perpassa o movimento associativo tanto em Angola como em outros países. As associações estão divididas entre o “discurso do movimento associativo” por um lado, e os constrangimentos mais prosaicos da constelação desenvolvimentista por outro, com propostas de projetos a submeter aos doadores, seguindo regras e mecanismos precisos que têm importantes implicações na forma como esses projetos são implementados, mas que também dão uma pequena margem de manobra aos “projetos particulares”.

Com os seus principais conceitos de “sociedade civil” e de “democratização na base” este similar ao conceito de “democratização substancial” de Bengoa, o discurso do movimento associativo, possui um forte poder mobilizador em determinados grupos da sociedade angolana devido ao passado “socialista” no país e às esperanças de retorno ao mesmo. Ainda que considerada como ilusão, é inegável que existe em Angola um projeto de sociedade e de “construção de uma sociedade nova e mais justa”. Atualmente, o conceito de sociedade civil possibilita o deslocamento da utopia para a pesquisa permanente sobre como chegar à “sociedade mais justa”. Uma liderança entrevista afirma:

“Havia essas Comissões de Moradores, mas essas dependiam muito do Governo. São, podemos dizer, as bases do Governo que funcionavam nas zonas. Mas assim mesmo comunitárias com objetivos, idéias da comunidade para o desenvolvimento da própria comunidade, não existia. A maioria eram organizações políticas, organizações religiosas, mas não existia essa política.” (Entrevista 04)

“(...) antes da ADRA vir cá, não existia nenhuma Comissão, não existia. Então, a ADRA assim que chega para cá, a primeira preocupação é aquilo que eu disse que vem ter

¹⁸ O conceito de formas organizativas é definido por Fontes (1999:3) como “uma vasta rede de atores sociais, organizados em Associações de Moradores, ONGs , Grupos religiosos, etc.”

com a Administração, que deveremos se organizar em grupos. Isto para coordenarmos o trabalho aqui no bairro. Então, assim que veio a primeira preocupação é a formação de Comissões(...)” (Entrevista 02)

Neste processo, há uma releitura dos erros do passado para poder “começar de novo”. Agora mais do que anteriormente, é mais forte o risco de estas questões têm de ser analisadas através do discurso.

No entanto, existe uma idealização da sociedade civil sem que se exatamente do que se trata, dando a impressão que constitui um corpo homogêneo, sem divisões, conflitos e interesses divergentes e contraditórios, onde o Estado é o único “opositor”. No caso particular de Angola onde o Estado tem uma tradição centralizadora muito forte, este aspecto pode ser considerado verídico. Essa tradição centralizadora é devida à necessidade de controle da população, mas também dos diferentes programas de liberalização econômica, social e política. Certamente, o estudo das relações reais entre o Estado e os diferentes grupos da sociedade angolana lançarão uma nova perspectiva menos linear sobre o sentido e a significação de “sociedade civil” neste país. Sobretudo se for pensado que o *empowerment* da sociedade civil é também um argumento amplamente utilizado pelos financiadores para justificar a necessidade de retração do Estado, requerida pelos programas de ajuste estrutural, ou seja, um pouco de “menos Estado” liberal que pode ser confundido com “mais sociedade civil” provavelmente “democrático-idealista”.

As ONGs e associações são muito dependentes dos financiadores, estando coagidos a implementar programas seguindo certas normas, respeitando critérios e modos de funcionamento impostos, enfim, limitações de cunho “profissional e relacional”. Mesmo assim, nesta situação constrangedora, há um pequeno espaço para a pesquisa do que será efetivamente a “sociedade civil” em Angola e/ou elaboração de projetos realmente contextualizados.

5.1 Lugares e razões para a existência de formas organizativas no Sofrio e na Caluva

Como já diversas vezes assinalado ao longo deste texto, a questão de pesquisar as causas do surgimento das formas organizativas surgiram no Sofrio e na Caluva, as razões que enfatizam o oportunismo das lideranças das mesmas e o fato do surgimento das mesmas como um fenômeno de mimetismo devido à relação com as ONGs nacionais e estrangeiras. Muitas vezes, também são acusadas de não ter base comunitária, serem lideranças sem base. Na verdade, quem são estas lideranças? É verdade que apenas o oportunismo move as lideranças dos dois bairros? Pode-se buscar e talvez encontrar nas ações das lideranças uma origem precisa e linear? Não serão demasiado complexas as relações estabelecidas no campo da cooperação? As relações estabelecidas não se entrelaçarão num “jogo de atores”¹⁹ que não pode ser lido independentemente do contexto em que elas se desenvolvem? Sendo este o caso, de uma maneira geral, onde podem estar situadas as ONGs nacionais e estrangeiras e a “constelação desenvolvimentista”? Qual a lugar delas neste “jogo”?

É verdade que entre a “constelação desenvolvimentista” existe todo um discurso sobre a sustentabilidade das ações que passam pela criação de relações de parceria com os atores locais. Muitas vezes, as formas organizativas locais, como as aqui abordadas, são chamadas a funcionar como intermediárias entre ONGs nacionais ou estrangeiras e as populações locais para quem as ações de determinados projetos são dirigidas. Olivier de Sardan (1995: 153) expressa:

“As interações entre a configuração desenvolvimentista e as populações africanas não se efetuam em uma ordem teatral e global. Elas se fazem estabelecer por substituição, redes, passarelas, capilaridades, interfaces. Fundamente, são processos mediatizados, múltiplos, encaixados, cobertos, emaranhados. Mas uma mediação necessita de mediadores”.

¹⁹ O termo “jogo de atores” foi retirado da análise da ação organizada feita por Friedberg (1993). Segundo este autor “(...) a ação social, seja qual for o campo concreto em que se desenvolve, é conceptualizada e, como sempre, mediatizada por um conjunto mais ou menos estabilizado e articulado de jogos cujas regras e mecanismos de regulação estruturam os processos de interação, quer dizer de troca e de negociação, através dos quais os atores respectivos regulam e gerem as dependências mútuas que deram nascença à sua cooperação, ao mesmo tempo que são mantidas por ela” Friedberg (1993:113)

O discurso atual defendido pelos organismos internacionais de desenvolvimento possui essencialmente duas dimensões. A primeira aborda a necessidade de promover e reforçar as formas organizativas locais para que, posteriormente, possam continuar as ações implementadas pelas agências de cooperação estrangeiras. Supõe-se que as formas organizativas locais conheçam melhor o terreno e a população, sendo capazes de implementar ações mais apropriadas ao contexto. A segunda dimensão aborda que o *empowerment* das formas organizativas locais criará um espaço para a expressão dos interesses desses grupos, tornando viável a consolidação de uma “verdadeira democracia”.

Nos bairros do Sofrio e da Caluva, a intervenção do Programa Peri-Urbano do Lubango incluiu as duas dimensões referidas. O Jango comunitário no bairro do Sofrio e das diferentes comissões tanto neste bairro como no da Caluva são uma manifestação implícita deste tipo de intervenção. As diferentes comissões existentes nos dois bairros desenvolvem ações relativas à educação, saúde, saneamento básico, abastecimento de água e geração de renda.

É evidente que a intervenção do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango nos bairros do Sofrio e da Caluva não podem ser considerados os responsáveis diretos pela criação das comissões ou grupos de interesse com os quais trabalha. Como instituição potencialmente “doadora”, regularmente o Programa recebia solicitações de financiamento de projetos provenientes de organizações locais ou de grupos de pessoas que se proclamavam como “organizações locais”. Deste modo, torna-se possível que as formas organizativas locais dos dois bairros dirijam as suas ações de acordo a intervenção do Programa, considerando que existe um espaço de trabalho e a disponibilidade de financiamento.

O encorajamento das formas organizativas locais através de “relações de parceria” fez parte da estratégia de intervenção do Programa, estabelecendo um espaço de troca e de negociação possíveis entre a ADRA, o Programa e seus parceiros locais, cada um deles com um determinado papel a cumprir. Neste espaço, o papel desempenhado pelas formas organizativas locais foi o de intermediárias, ocupando o espaço situado entre os fundos e as intenções que lhes são inerentes

provenientes do estrangeiro, pelo viés dos programas de ajuda humanitária ou de desenvolvimento e a população local. Elas desempenham o papel de “intermediários do desenvolvimento” porque

“(…) representam os portadores sociais locais de projetos que constituem o interface entre os destinatários do projeto e as instituições de desenvolvimento, autorizados a representar a população local (ou a exprimir as ‘necessidades’) face às estruturas de apoio e de financiamento externo” (Olivier de Sardan, 1995:160)

No interior deste espaço, as relações entre os participantes se instituem no “jogo” em que todos, neste caso doador e forma organizativa local, participam e são interdependentes. A participação neste jogo não está determinada pela capacidade e pela existência de cada interveniente, mas porque a interdependência e o cacife partilhados possibilitam a negociação. Inevitavelmente, havendo cooperação e ação coletiva existe a construção deste particular jogo de atores (Friedberg, 1993). Este jogo possui regras e convenções, normas e valores em função dos quais os intervenientes se adaptam, fazem ou não concessões, ou seja, são utilizados como instrumentos de negociação.

Sendo verídico que as lideranças dos bairros do Sofrio e da Caluva desempenham o papel de intermediários do desenvolvimento, não é uma resposta fácil saber porque o fazem. A resposta a esta questão implica compreender não apenas estes atores, suas razões motivações e interesses, mas também o “contexto de ação” em que estão inseridos. Como salientado, as lideranças do Sofrio e da Caluva vivem um determinado jogo de interdependência com o Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango e, conseqüentemente, com a ADRA. O jogo profundamente aliado ao contexto, à situação da cidade do Lubango, da província da Huíla e de Angola numa maneira geral, pode ser considerado como “contingente” (Friedberg, 1993). O contexto da ação configura as oportunidades e constrangimentos que o jogo oferece aos atores. Simultaneamente, este jogo e seus atores configuram e influenciam o contexto onde desenvolvem a ação, conforme percebido na Tabela 3.

Tabela 3 - A quem recorreu para resolver os problemas do bairro vs. Por quê?

A quem recorreu para resolver os problemas do bairro?	Por quê?							Total
	por falta de investimento público	pelo interesse das ONGs	pela facilitação de benefícios para os bairros	por facilidade de acesso a recursos	NS/NR	NSA		
À Com. de Bairro	0 ,0%	0 ,0%	2 100,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 100,0%
Ao Soba	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	7 100,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	7 100,0%
Às instituições governamentais	3 11,5%	1 3,8%	0 ,0%	21 80,8%	1 3,8%	0 ,0%	0 ,0%	26 100,0%
À ADRA	1 14,3%	1 14,3%	0 ,0%	5 71,4%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	7 100,0%
Às lideranças comunitárias	0 ,0%	0 ,0%	1 50,0%	1 50,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 100,0%
À igreja	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 100,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 100,0%
Ao MPLA	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	4 66,7%	1 16,7%	1 16,7%	1 16,7%	6 100,0%
Outros	1 33,3%	0 ,0%	1 33,3%	0 ,0%	1 33,3%	0 ,0%	0 ,0%	3 100,0%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	1 4,5%	0 ,0%	1 4,5%	20 90,9%	20 90,9%	22 100,0%
NSA	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	34 100,0%	34 100,0%	34 100,0%
Total	5 4,5%	2 1,8%	5 4,5%	40 36,0%	4 3,6%	55 49,5%	55 49,5%	111 100,0%

Fonte: Levantamento direto

Conscientes das regras do jogo e do contexto de ação onde se movimentam, para resolução das questões sociais dos seus bairros, as lideranças do Sofrio e da Caluva recorrem às estruturas vocacionadas e dispostas a contribuir para a melhoria de vida das populações. Ao estabelecer a associação entre as estruturas a quem recorreram para resolução dos problemas e as razões para esta medida aquela demonstra ser positiva substancial (Cramer's $V = 0,591$) e estatisticamente significativa ($p = 0,000$)²⁰. Para resolução dos problemas do seu bairro, dos 26 (vinte e seis) casos investigados que recorreram às instituições governamentais, 21 (vinte e um) casos fizeram-no motivados pela facilidade de acesso a recursos através destes canais, enquanto 3 (três) casos destacam a falta de investimentos públicos nos bairros como elemento motivador. Apesar da ausência e incapacidade do Estado para a resolução dos seus problemas, as lideranças não deixam de reconhecer a importância e o papel do mesmo na melhoria das suas condições sociais. Os 7 (sete) casos investigados sobre as lideranças que recorreram a ADRA, 5 (cinco) fazem-no pela facilidade de acesso a recursos e 2 (dois) tanto pelo interesse do Programa em intervir nos bairros como pela falta de investimento público, respectivamente. Recorrendo à ADRA, as lideranças procuram suprir o vazio institucional e financeiro motivado pela ausência do Estado. Este fato também pode ser explicado como uma relação oportunista, onde o contexto influencia fortemente sobre a decisão as lideranças. Mesmo destituído de poder financeiro, os 7 (sete) casos investigados recorrem ao *Soba* pela facilidade de acesso a recursos. O *Soba*, enquanto autoridade tradicional, exerce uma grande influência no cotidiano das populações dos dois bairros, ocupando uma posição de prestígio, no aspecto cultural e como força política, junto das instituições governamentais e da ADRA. O recurso ao Comitê do Bairro (MPLA) pelos 4 (quatro) casos que responderam a esta categoria demonstra a existência de uma estreita relação entre as lideranças e as estruturas partidárias nos bairros. Esta atitude deve-se ao longo período de vigência partido único em Angola, onde o partido se confundia com o Estado. O fato do MPLA, partido único antes da democratização do país, ter ganhado as

²⁰ O elevado número de *missing* não interfere na análise dos dados, considerando que a amostra deste trabalho é não-probabilística conforme destacado no Cap. II

eleições não ajudou a separar e a esclarecer as funções do Estado e das estruturas político-partidárias em Angola. Não obstante a sua tradição em ações assistencialistas, a Igreja não se destacou como canal para acesso a recursos. Apenas duas lideranças recorreram a essa instituição. Pode-se inferir que tanto o Programa quanto o *Soba* parecem representar e servir como intermediários mais acessíveis para a resolução dos problemas das populações do Sofrio e da Caluva.

Por isso, talvez não seja fácil e, muitas vezes pouco útil, tentar buscar as simples causas de origem das formas organizativas dos bairros do Sofrio e da Caluva ou atribuir as lideranças destes bairros uma característica única que possibilite a classificação de todas elas. A complexidade dos fenômenos sociais fazem com que os mesmos não possam ser linearmente explicados.

5.2 Oportunidades e oportunismo

As lideranças referem-se à pertinência e à necessidade de criação das formas organizativas como alternativa para a resolução dos problemas dos bairros e para suprir o vazio ocorrido pela “ausência” do Estado. Essas mesmas lideranças salientam a diversidade de formas organizativas (Comissões) para atender os diferentes problemas existentes nos dois bairros.

Entretanto, continua aberta a seguinte questão: porque, na Caluva e no Sofrio, foi criado este tipo de organizações? A resposta pode estar relacionada aos “motivos nobres” defendidos por essas lideranças ou ao oportunismo de que são acusados pelos seus detratores? Será que essas lideranças são oportunistas que se juntaram ou que se ignoram? Será que quando decidiram integrar as diversas formas organizativas foi um momento de frio cálculo sobre os constrangimentos existentes, as oportunidades presentes e as vantagens futuras?

As lideranças do Sofrio e da Caluva descrevem o surgimento das formas organizativas nos seus bairros da seguinte maneira:

“Grupos de moradores que faziam assim trabalho coletivo não havia. Havia, mas sim nas igrejas, mas não havia Comissão em coletivo para junto levarmos as preocupações”. (Entrevista 10)

“Sim, parece que sim. Antes da ADRA, nós trabalhamos o seguinte; quando há um trabalho, nós vamos diretamente ao Coordenador do bairro. Vamos diretamente lá que nós precisamos assim, (...). Então, ele convoca a comunidade; olha, surgiu assim, (...)”.
(Entrevista 12)

Realmente, essas lideranças agem de um “modo estratégico”; são atores “empíricos, humanos e calculistas” (Friedberg, 1993:198). Essa postura implica que não se submetem passivamente aos acontecimentos externos ao seu contexto e que compreendem as relações mantidas com o Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango, com a ADRA e com as instituições governamentais. O seu “instinto estratégico”²¹ permite-lhes a leitura da situação, do contexto e da tentativa de antecipação das informações e atitudes dos outros atores em jogo, possibilitando a implementação dos seus projetos. As lideranças do Sofrio e da Caluva não circulam passivamente numa realidade em que eles são parte integrante. São movidas pelo contexto da ação em que estão inseridas e são prova de racionalidade, buscando posições que lhes pareçam mais apropriadas.

Essas lideranças são atores estratégicos e racionais que tentam colocar as suas ações dentro de uma certa lógica. A racionalidade da qual fazem uso pode ser considerada limitada, salientando:

“Os indivíduos raramente têm preferências ou objetivos claros. Nem sempre têm tempo de calcular a sua conduta em função dessas preferências. São levados a parar quando mais pressionados, o que os obriga a reconsiderar a finalidade das suas ações em curso, a inventar ou a descobrir outras, a ‘racionalizar’ a sua ação. É ilusório considerar o comportamento humano como sempre reflexivo, ou seja, mediado por cálculos a partir de objetivos previamente fixados. Deve-se analisar este comportamento como ativo, isto é, uma escolha efetuada sob constrangimento mediante um conjunto de oportunidades presentes num contexto, ver como uma adaptação ativa e razoável às oportunidades e constrangimentos percebidos em dado contexto.”(Friedberg, 1995:143)

Nos limites da possibilidade de domínio de controle na totalidade da situação, nos momentos de decisão e de escolha pelas lideranças, a noção de “racionalidade limitada” adquire um senso normativo sobre a noção de “cálculo”, deixando aos atores uma determinada racionalidade ainda que limitada. Neste caso, a noção de “racionalidade limitada” está de acordo ao conceito de *habitus*. Na impossibilidade de dominar o que lhes é externo (o contexto, o ambiente, os outros –

²¹ Crozier apud Friedberg (1993:213)

lideranças, financiadores, etc.) no momento de tomada de decisão e de escolha, o indivíduo é igualmente incapaz de ter uma conquista total sobre o que dita a sua prática cotidiana (*habitus*).

Bourdieu argumenta:

*“Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem o **habitus**, sistemas de disposições duráveis e transpostos, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes em princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que objetivamente podem ser adaptadas a sua meta sem supor a designação consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-las, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser produto da obediência das regras coletivamente orquestradas e sem ser produto da ação organizadora de um chefe de orquestra”.* (Bourdieu, 1980:88)

Habitus inclui os traços da história que o indivíduo transporta consigo, a história incorporada, apesar dele e que marca as suas relações com o exterior. É também igualmente apesar dele e na medida ou através do *habitus* que o indivíduo estrutura e apreende o externo e que integrado e estruturado distingue o que lhe é externo.

Ainda que, a priori, as ações das lideranças do Sofrio e da Caluva possam ser tidas como normativas, a rede de relações e o contexto com o que as suas escolhas e decisões está relacionado é bastante complexo. Sobretudo ao lembrar que este contexto resulta de uma história recente, implicando mudanças profundas e deslocamentos com constantes apelos à capacidade de adaptação, à necessidade de tomada de decisões e escolha rápidas. São capazes de entender as oportunidades do contexto e integrar os seus interesses, objetivos e projetos. Mas, é limitado o controle que possuem da situação, visto que não podem dominá-la por completo e particularmente as ações de outros atores. Esse contexto é mutável e a mudança rápida e permanente não pode ser controlada pelas lideranças. No entanto, elas podem negociar e adaptar-se constantemente de um modo “ativo e razoável”.

Uma das lideranças mesmo não sendo deslocada aceitou ser integrada no grupo das costureiras como uma estratégia de se manter em atividade, de ter uma fonte de renda e de trabalhar para a melhoria das condições de vida no bairro. O extrato da sua entrevista ilustra o seguinte:

“A ADRA surgiu aqui no bairro por intermédio duma Igreja. Foram à Igreja saber se aqui no bairro havia pessoas deslocadas. Então uma das senhoras da Igreja (...) como

nós éramos amigas, (...) convidou-nos para esta reunião que a ADRA pediu que houvesse uma reunião com as senhoras deslocadas. (...) ela convidou-nos a mim, a Carmen, três senhoras (...) fomos a essa reunião. (...) a ADRA depois queria fazer essa reunião para ver se aqui havia pessoas deslocadas e que entendessem de costura para fazer um Grupo de Costureiras. Eles haviam de nos ajudar; nós entendíamos de costuras, mas não éramos deslocadas, deslocadas eram outras senhoras. Eu e mais uma senhora chamada Carmen não éramos deslocadas, mas éramos nós que entendíamos de costuras; trabalhávamos em casa, cada uma para si. Com as reuniões da ADRA entendemos que devíamos fazer um Grupo de Costureiras. Na altura éramos dez senhoras, mas cada uma trabalhava em casa e as outras senhoras não sabiam costurar. Então o que a ADRA diz? Como não sabiam costurar que haviam de arranjar umas máquinas de costura que era para ensinarmos a quem não soubesse. Muito bem, recebemos aquelas máquinas para as senhoras que soubessem coser, estavam com uma máquina em casa. As que não soubessem, tiravam dias para ir aprender em casa daquelas senhoras que estavam com as máquinas da ADRA. Assim foi, as senhoras iam aprender nas nossas casas.”(Entrevista 08)

Neste caso, a liderança pode ser considerada oportunista. Na medida em que é parte integrante de determinado contexto de ação que inclui um conjunto de relações de interdependência em que participa, alcança os objetivos do seu projeto pessoal, aproveitando as oportunidades que se apresentam. Não será o caso de todos intervenientes na área de cooperação como também na área da ação social? Na origem das suas ações, todos os atores têm uma complexidade de razões, motivos e motivações de natureza mais ou menos privada, mais ou menos coletiva. Mas a área de ação das formas organizativas, e mesmo estas, é demarcado por fortes mitos normativos que são considerados como certas motivações nobres, outras menos nobres e ainda outras que não são consideradas como tal.

Evidentemente, todas as ações não têm uma equivalência direta, assim a intenção não é estabelecer qualquer tipo de juízo a este respeito e ou defender um relativismo que coloque todas as ações no mesmo plano. Contudo, pode ser colocada à prova determinada “ética situada” consciente do lugar a partir do qual são realizados os juízos de outros atores submetidos a constrangimentos e oportunidades de outros lugares Daqui se entende a posição a partir da qual são estabelecidos juízos normativos. Resta aceitar ou não que a ação humana, cheia de intenções, é quase sempre interessada, mesmo sem abordar o carácter ou da natureza desse interesse.

Tem-se a impressão que pedindo às lideranças que façam prova de um altruísmo puro, teremos lideranças completamente desviadas da sua causa, das suas “populações”, mas também voluntários isentos de qualquer “interesse pessoal”. Inevitavelmente, um certo interesse pessoal não exclui forçosamente a vontade e a capacidade de intervenção social que, segundo determinados parâmetros éticos, pode ser considerada mais nobre. Será sociologicamente útil buscar o altruísmo puro nas atitudes das lideranças? Será que existe o altruísmo puro?

5.3 Altruísmo e interesses pessoais

Em “Anthropologie du développement”, Olivier de Sardan sobre os “intermediários do desenvolvimento” exprime:

“A mobilização ou a captação de recursos externos pelos portadores do desenvolvimento em proveito de coletividades ou grupos em nome dos quais agem e pelos quais se posicionam como ‘mandatários’, não pode evidentemente se reduzir aos motivos apregoados que revelam diversas retóricas sobre o bem público, o interesse coletivo, a dedicação aos outros, o militantismo desenvolvimentista (...). Também é feito de poder e influência, ainda que não haja interesses materiais”. (Olivier de Sardan, 1995:161)

A noção “intermediário” dá conta da posição das lideranças, deixando entender o interesse imediato que podem retirar dessa posição de acordo à dimensão oportunista deste mesmo posicionamento. Mas não exprime a dimensão ideológica e idealista que pode mover estas lideranças de que são conscientes e que a partir das quais podem fazer as suas escolhas. É verdade que um engajamento militante não deve ser feito de maneira ingênuo, mas será reduzido se for analisado em função do conceito de intermediação. Sobre o surgimento das formas organizativas no Sofrio e na Caluva, as lideranças esclarecem:

“Melhorar o bairro. Um grupo de moradores, em primeiro lugar, devem estar unidos, que é para surgirem idéias, vamos fazer isto, vamos fazer aquilo e as pessoas concordarem com a idéia que for certa. Vamos arranjar a estrada? Vamos, mas como? Eu ponho uma pá de areia, você põe uma pedra, aquele põe o cimento, etc..

Vamos fazer limpeza? Vamos em grupo, eu saio da minha casa, você sai da sua, em grupo vamos fazer uma limpeza no bairro. Eu acho que um grupo de moradores, o trabalho deve ser esse.” (Entrevista 08)

“Deve fazer, empenhar-se no desenvolvimento comunitário, (...) nas ações que primem pelo desenvolvimento comunitário em si e o fortalecimento da sua capacidade organizacional”.(Entrevista 03)

“Uma Comissão de Moradores o que deve (...) mobilizar, deve participar em todas as atividades que existirem no bairro, deve participar ativamente, deve organizar suas atividades, reuniões para acertar umas questões que não estão como deve ser”(Entrevista 05)

“Uma Comissão de Bairro (...), é uma comissão que trabalha para o bem da comunidade e para o bem próprio como também comunidade; para o bem e para o futuro das nossas crianças” (Entrevista 10)

Neste tipo de engajamento, há uma dimensão ética que este conceito deixa de lado. Ainda que os motivos apregoados não expliquem tudo, não devem ser pura e simplesmente ignorados. Da mesma maneira que o posicionamento ideológico não exclui um certo interesse, o fato de realizar uma ação ideologicamente conduzida não nega a possibilidade de colher os louros ou frutos dessa mesma ação. Não se pode dizer que a posição ideológica não “transportadora de ganhos” de uma outra ordem, ou seja, simbólica (Bourdieu, 1979) que também pode ser eficaz em termos de mobilização de recursos. Bourdieu (1979:280) afirma que “há um certo interesse no desinteresse”. Assim, que não se pode negar a existência de um posicionamento ético e ideológico, correndo o risco de reduzir o campo de motivação das lideranças.

Por natureza metodológica, o ponto de vista aqui expresso é o de um ator estratégico inserido e interessado numa ação. Não obstante a abordagem seja utilitarista, é de um utilitarismo metodológico, base de uma noção mais alargada de interesse.²²

²² Esta visão utilitarista da ação social é muito criticada por autores como Caillé e Etzioni. Sobre a questão do dom, Alain Caillé, em uma das suas obras argumenta que retirar o peso do interesse sobre o dom diferencia este da doação; o equivalente ao dom puro impossível de alcançar. Então o dom será “toda prestação realizada sem intenção de retorno, determinada, e para alimentar a relação social”. (Caillé, 1994)

Ainda que as lideranças busquem resolver os seus “problemas de sobrevivência”, obter determinado lugar ou status na dinâmica política e social local, este fato não invalida a ação de caráter efetivamente social o resultado do trabalho do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango, das formas organizativas locais e respectivas lideranças. Para Bourdieu (1979) é bem verdade que o dom não é gratuito e a “preocupação com o outro” (Singleton, 1991) proporciona satisfação e oportunidades a estas lideranças que, mesmo não sendo materiais ou diretamente materiais, não deixa de ser satisfação.

Singleton (1991) argumenta que a questão determinante é dada pelo fato de que a “preocupação com outro” corresponda realmente às reais necessidades daquele. Para responder, há necessidade de serem feitos estudos sobre os projetos implementados e a interação entre as ONGs, as formas organizativas locais e as populações que beneficiárias desses mesmos projetos. Foram visitadas as diversas realizações efetuadas nos dois bairros, Sofrio e Caluva. É evidente que estas visitas permitiram o contato com a Programa, sua equipe técnica e seus beneficiários, mas é impossível tirar conclusões sobre a natureza das relações entre os diferentes atores e de apreender as primeiras idéias que podem ser o ponto de partida para novas pesquisas. Em ambos os bairros, as formas organizativas locais e lideranças e população parecem interessadas na continuidade do Programa e a participação nas atividades do mesmo é incontestável. Mas será o suficiente para dizer que o “Programa corresponde às necessidades das populações”? Mesmo que exprima essas necessidades como saber se devido ao curto tempo e ao contexto local, a dinâmica dos programas de desenvolvimento, não é uma necessidade que *a priori* as populações sabem que pode ser financiada? A transcrição de alguns extratos das entrevistas realizadas às lideranças dos dois bairros podem responder esta questão:

“O Programa da ADRA, a sua intervenção aqui no bairro foi benéfico, na medida em que(...) eles ajudaram muito no desenvolvimento do bairro em vários aspectos. Por exemplo, na questão do saneamento básico, havia muito lixo, mas depois da ADRA aparecer foram constituídas algumas Organizações Comunitárias de Base tais como a Comissão de Saúde, Comissão de Estradas, Comissão de Águas e Comissão de Pais, Associação de Jovens; enfim, várias Organizações Comunitárias de Base que ajudaram a comunidade a entender os diversos fatores que fazia parte. No saneamento básico, por

exemplo, a Comissão de Saúde começou a trabalhar com a comunidade no sentido de sensibilizá-los para a recolha do lixo, não defecar ao ar livre, construção de latrinas. (...) junto ao Posto de Saúde realizam-se palestras e não só, a construção de Posto de Saúde. Nas estradas, também houve a reabilitação das estradas pelo Programa através de “food for work” (comida pelo trabalho). As estradas estavam totalmente degradadas embora agora continuem devido às chuvas, mas parcialmente foram superadas. A Comissão de Pais também funciona ao nível de escolas cá existentes, ajudam os encarregados de educação, assim como o corpo docente, a direção das escolas na solução de diversos problemas”. (Entrevista 04)

“Quando a ADRA chegou aqui no bairro Sofrio desde o seu início, tiveram a preocupação de mobilizar a população, a comunidade. Em primeiro lugar, procuraram encontrar os líderes do bairro Sofrio. Depois desse encontro com os líderes então procuraram fazer umas informações para umas campanhas, para umas palestras para assim poder avançar os trabalhos. Em primeiro lugar, iniciaram com as campanhas do bairro já que o bairro estava assim um pouco sujo. No fim começaram a entrar na parte da solução da rede de água, começamos cavar valas (...) onde se podia distribuir os tubos para puxar água aqui no bairro Sofrio. Isto foi para eliminar as doenças que cá encontraram, havia diarreia, vômitos, diarreia de sangue, isto tudo então isto foi provocado porque aquela gente ingerir águas de cacimba que não são próprias para ser utilizadas. Para evitar isto, montaram as águas canalizadas”. (Entrevista 05)

“A primeira coisa que eu queria detalhar sobre o programa da ADRA assim mais aqui na área dentro da comunidade da Caluva, é que tiveram um programa com a comunidade. Conforme que eu já falei, eu estou integrado nesta Comissão dentro da comunidade desde 1993. O Programa teve muito problema com a comunidade, pensavam que é uma comunidade. Na sua maioria são deslocados que vieram de certos municípios e comunas destas províncias. Então, postos aqui na província não conseguiam viver, (...) é por sorte que aparece a organização, a ADRA. É uma organização que se ofereceu para que apoiasse comunidade como esses deslocados. (...) foi o primeiro passo, com as preocupações, com as lamentações da própria comunidade, a primeira parte foi levantarmos a rede de água. Digo isso que não tínhamos água a comunidade tirava a água no rio e era uma água suja, (...) isso foi o primeiro passo. Meteram essas preocupações, (...) chegou a organização, (...) eles levaram essas preocupações, não é só.” (Entrevista 10)

Concluído este aspecto, a utilidade eventual ou “the appropriateness” das ações por estes atores não impede que eles estejam sempre “interessados” no sentido de Friedberg (1993) ou de Bourdieu (1979, 1980), ou seja, motivados por e para um determinado propósito. Mesmo que as motivações ultrapassem as apregoadas não devem ser classificadas de maneira única e linear. A intenção não é fazer um juízo de valor sobre as intenções desses atores, mas tentar compreender e buscar explicações plausíveis para o seu comportamento.

No caso específico dos bairros Sofrio e da Caluva, este comportamento pode ser aferido mediante a associação estabelecida entre a mudança de postura das lideranças e as razões e/ou motivações que provocaram esta mesma mudança, conforme percebido na Tabela 4.

Tabela 4 - **Mudanças na postura enquanto liderança comunitária vs. Porquê?**

Mudanças na postura enquanto liderança comunitária	Porquê?								Total
	melhorou a conscientização das lideranças	os trabalhos não surtiram efeito	por dificuldade das lideranças mudarem de postura	trabalho em grupo	aquisição de novos conhecimentos	outros	NS/NR	NSA	
Sim	10 15,2%	1 1,5%	0 ,0%	3 4,5%	17 25,8%	1 1,5%	33 50,0%	1 1,5%	66 100,0%
Não	1 4,5%	5 22,7%	2 9,1%	0 ,0%	1 4,5%	0 ,0%	9 40,9%	4 18,2%	22 100,0%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 4,3%	22 95,7%	23 100,0%
Total	11 9,9%	6 5,4%	2 1,8%	3 2,7%	18 16,2%	1 ,9%	43 38,7%	27 24,3%	111 100,0%

Fonte: Levantamento direto

De acordo com uma das hipóteses que nortearam este trabalho foi percebida uma associação positiva muito forte (Cramer's $V = 0,710$) e estatisticamente significativa ($p = 0,000$) entre a mudança na postura enquanto liderança e a intervenção do Programa nos bairros. A relação estabelecida também permite analisar que para 25,8% das lideranças pesquisadas, as mudanças verificadas na sua postura se deveram à aquisição de novos conhecimentos e 15,2% baseia-se na melhoria da sua conscientização. Contudo, 22,7% afirmaram que a intervenção do Programa não provocou mudanças na sua postura porque os trabalhos não surtiram efeito. Ou seja, a mudança de postura é relacionada com o trabalho de construção/reabilitação de infra-estruturas sociais realizadas nos bairros. Para 9,1% das lideranças, não se verificaram mudanças na sua postura por dificuldades inerentes à própria história de vida e de absorção de novas práticas sociais.

Os extratos de algumas entrevistas reforçam a análise atrás descrita:

“Mudanças houve, mudanças houve. Isto porque, pronto, fui seminariado, depois eu ganhei muita experiência praticamente junto a ADRA. Isto porque só com a ADRA, como ia dizendo, diversas questões eu aprendi. Aprendemos muita coisa, muita coisa que até ao momento alterou um bocado a minha mentalidade”. (Entrevista 02)

“Eu antes de estar cá tinha alguns vícios. (...) eu bebia. Agora, deixei de beber devido a algumas responsabilidades. Enfim,(...) a pessoa passou a ter um pouco mais de responsabilidade em certos aspectos. Por exemplo, nas formações, nós aprendemos muitas coisas nas formações (...) na elaboração de projetos. A gente não sabia nada, nada e agora já conseguimos elaborar minimamente um projeto”. (Entrevista 04)

“Acho que provocou uma mudança. (...) eu podia dizer assim que eu tinha complexo, medo de falar em outra comunidade. Faltava-me experiência, troca de experiências com a comunidade. Mas nesse momento, muito embora ainda não seja muito clara, mas sim eu tenho (...), uma idéia de ser um líder”. (Entrevista 05).

CAPITULO VI

Movimento associativo nos bairros do Sofrio e da Caluva

A descrição do contexto e das formas organizativas locais e respectivas lideranças feitas no capítulo anterior possibilitam emitir algumas considerações sobre o comportamento desses atores. Assumindo a hipótese de uma ação interessada porque persegue um determinado objetivo, faz-se necessário compreender o complexo contexto que conforma e caracteriza esse mesmo objetivo.

Foram detalhados alguns momentos da macro-política angolana para reconduzir esses acontecimentos ao impacto provocado no contexto da ação social em análise, isto é, a intervenção do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango, as formas organizativas locais e lideranças nos bairros do Sofrio e da Caluva. No entanto, esta passagem aos sistemas empíricos locais não é uma simples transferência do global ao local como atualmente se faz apologia. Situado o nível de sistemas empíricos, salienta-se que *“os diferentes níveis de realidades sociais são mais ou menos irredutíveis entre si”* (Singleton, 1997:126). Talvez seja neste nível de sistemas empíricos que o global se faz construir e onde os discursos globalistas são desconstruídos e confrontados com os seus limites. Neste caso, é defendida uma concepção política da ação coletiva onde se considera que *“não há campo neutro ou não estruturado na medida em que não há ação social sem poder, e que todo o poder supõe e constitui uma estruturação do campo, ou seja uma regulação do comportamento dos actores indicados.”* (Friedberg, 1993: 115)

Toda ação social, sempre considerada como uma questão de poder, se estabelece dentro de determinado campo estruturado. O modo como os atores se posicionam neste campo estruturado depende dos recursos ou do capital disponível para a ação. A posição dos atores na relação nunca é definitiva, mas sim dependente das possibilidades de transformação desta mesma relação.

O conceito de campo²³ de Bourdieu parece ser de grande utilidade nesta reflexão na medida em que permite fazer do espaço de interação uma espécie de mercado no interior em cujo interior os

²³ Olivier de Sardan (1993) estabelece uma clara distinção entre “campo de desenvolvimento” derivado do conceito de campo de Bordieu, e de “arena”. Para ele, o conceito de campo se refere um nível macro onde *“é lógico falar, a propósito da configuração desenvolvimentista, de um campo de desenvolvimento para descrever essas instituições*

indivíduos se ou são posicionados em função do capital e das disposições incorporadas (*habitus*).

Este mercado tem uma lógica com regras e valores legítimos e legitimadores. Bourdieu considera

“(...) o capital é uma relação social, ou seja uma energia social que não existe nem produz efeitos além do campo onde é produzida e reproduzida. Alguma de suas propriedades (...) recebem o valor e a eficácia de leis específicas de cada campo. Na prática, ou seja dentro de um campo particular, todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais) vinculados aos atores nem sempre são eficientes. A lógica específica de cada tipo de campo quem são os atores integrantes deste mercado, quais os pertinentes e eficientes em função do jogo considerado, qual n a relação com este campo funciona como capital específico e, por isso, como fator explicativo das práticas.” (Bourdieu, 1979: 127).

Os atores são e estão mergulhados em determinado campo local (contexto), marcados pelos seus *habitus* e armados de um certo capital. A utilização desses conceitos assim como a noção de ator, instinto estratégico e ação interessada permitem tecer algumas questões plausíveis sobre a complexidade das razões se encontram no campo local dado.

6.1 Algumas hipóteses plausíveis sobre o surgimento das formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva

O surgimento das formas organizativas no Sofrio e na Caluva pode ser estreitamente vinculado à intervenção do Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango e ao contexto vivido em Angola no fim da década de 80 e anos seguintes. Ao longo deste texto, foram já abordadas outras razões que ajudam a melhor compreender esta hipótese.

A liberalização política e econômica ocorrida em Angola no fim da década de 80 permitiram, principalmente a primeira, um certo distanciamento do MPLA (partido no poder), um olhar mais crítico em relação ao Estado e a iniciativa individual das lideranças do Sofrio e da

específicas, a linguagem particular, o mercado desigualmente estruturado e desigualmente competitivo onde se configuram as ideologias, salários, competências, instituições, símbolos, etc.” (Olivier de Sardan, 1993: 178).

Em contrapartida, arena será uma noção de ordem mais política e interacionista porque *“ela evoca uma escala mais restrita e uma consciência mais clara dos confrontos entre os atores. Uma arena, no sentido que entendemos, estrutura um espaço de confronto concretos entre atores sociais em interação e ao redor de objetivos comuns” (Olivier de Sardan, 1993:197).*

Explicitada essa distinção, é adotado a noção o de “campo local de desenvolvimento” porque ela pressupõe a relação entre os atores e a interação mediatizada pelas instituições. Não se trata de uma instituição particular ou de um projeto específico, relacionando-a com o exemplo de arena de Olivier de Sardan, mas de várias organizações, umas mais fortes que outras que têm ou pretendem ter uma relação de cooperação.

Caluva. No entanto, do ponto de vista financeiro, trouxe uma grande instabilidade e incerteza. Um considerável número das lideranças (36,9%) são funcionários do Estado²⁴ e, antes das transformações ocorridas, ainda que nem sempre de acordo, mantinham com aquele uma relação de proteção nos aspectos relacionados com a vida material e o futuro. Havia muitas regras, mas desde que fossem respeitadas e seguidas, cada um conhecia o caminho para usufruir os benefícios desse Estado protetor.

No entanto, com a abertura democrática um novo caminho se desenhava no fim da década de 80. Aumentou consideravelmente o espaço para a manifestação crítica e iniciativas individuais e coletivas, mas também aumentaram as incertezas e inseguranças em relação ao futuro. Agora, cada um deveria escolher o seu futuro, dar uma direção à sua vida dentro de um contexto quase desconhecida e sob regras em que muitos deles não (con)viveram durante a sua vida adulta e profissional. Mesmo não adotando a lógica de “cada um por si”, cada um deveria recorrer aos seus próprios recursos, ao “capital”. E que volume de capital dispõem as lideranças do Sofrio e da Caluva na relação com o contexto em que estão situados?

Por estarem inseridas em um estrato social inferior, conforme visto no Capítulo II, as lideranças e as respectivas famílias não possuem capital econômico. A ocupação profissional destas lideranças nunca constituiu fonte de enriquecimento nem pode ser considerada como tal. Na Angola socialista, durante muito tempo não houve pouco espaço para o enriquecimento. Não havia espaço para o desenvolvimento de atividades capitalistas e a quase inexistência da corrupção. As mudanças ocorridas encontram as lideranças numa situação financeira precária. Não tinham capital econômico familiar, não exerciam atividades comerciais nem pretendiam fazê-lo. Os riscos da área comercial privada que a maioria deles desconhecia e não sabia lidar e o contexto fez com que se dedicassem a tarefa de “ajudar os outros”. Não têm uma posição privilegiada no aparelho do Estado ou estrutura partidária (MPLA) que lhes permita recolher proveitos sociais, políticos, econômicos ou simbólicos.

²⁴ Ocupações profissionais (funcionários administrativos do setor público, professores e enfermeiros).

Por serem oriundos de famílias baixa renda e deslocados de guerra (32,4%), estando fora das suas áreas de origem, faz com que ainda não tenham criado vínculos sociais que facilitem o cruzamento do capital social²⁵ que detêm com o de outros. Atualmente, o seu capital social inicial não é muito grande. A mudança do meio geográfico e cultural e o desaparecimento da rede social original resultam que as regras e normas sociais que regulam a cooperação e partilha de bens e serviços, o que alguns autores designam como capital social, outrora utilizadas por estas lideranças já não sejam validas porque não se aplicam ao novo lugar. Além das regras do novo meio serem ainda estranhas, as pessoas não se conhecem ou ainda não tiveram tempo de estabelecer relações de confiança com os vizinhos, de reconstituir uma nova espécie de capital social, como atrás já foi assinalado. Também, do ponto de vista profissional, não exercem profissões que originem prestígio. Mesmo ocupando postos de relativa responsabilidade nas estruturas do Estado ou partidárias (MPLA) nos bairros, não fazem parte da elite política da cidade (Lubango) ou da província (Huíla). Mesmo mantendo relação de relativa proximidade com estas estruturas, com as transformações políticas ocorridas, as lideranças do Sofrio e da Caluva não podem ser consideradas protegidas por aquelas. No momento de negociação dos seus projetos com os financiadores e na sua relação com outros atores, a questão do capital social das lideranças constitui um importante ponto de distinção, porque quão mais elevado for o capital social das lideranças, mais fácil é o acesso e a mobilização de recursos.

O capital escolar das lideranças, ainda que tenham investido neste aspecto, também não é muito elevado às suas ambições e projetos de vida. O investimento nesta área é uma possibilidade de aumentar o volume do respectivo capital, o que possibilitará uma posição de destaque no campo

²⁵ Atualmente, o conceito de capital social é utilizado por vários autores. No entanto, a sua utilização pede sempre um esclarecimento em relação ao significado que lhe é dado, considerando a sua relevante “fluidez”. Além da utilização já antiga na Sociologia (ver, p. e., obra de Bordieu), vários outros sentidos lhe são atribuídos segundo os diferentes autores. Numa obra recente significativamente intitulada “Social capital: a multifacet perspective” [Dasgupta P e Serageldin I. (ed). Washington: Banco Mundial: 1999], Elinor Ostrom define o conceito, seguindo outros autores, como “o conhecimento (com)partilhado, entendimentos, normas, regras e expectativas sobre os padrões de interação que os grupos de indivíduos estabelecem durante as atividades periodicamente realizadas” (pág. 176). Na mesma obra, Richard Rose designa “capital social” como “o estoque de relações formais ou informais que os indivíduos usam para acessar ou produzir bens e serviços. (...) capital social é ocorre nas relações entre os indivíduos.” (pág. 149)

político local. Por essas razões e, apesar de tudo, são feitos todos os esforços para continuar a estudar.

“Bem, na minha opinião os seminários deveriam mesmo continuar. Deve continuar porque seminários muita coisa que a gente estamos aprender, que nunca aprendemos; muitas coisas que estão a nos educar, muita coisa, entre eles essa palavra de liderança. Depois não só nós que estamos em frente dos outros, não sabíamos. Alguns mandaram se bem que pessoa estudou (...), mas sem nenhum seminário de liderança, essa coisa toda, não consegue fazer nada.” (Entrevista 02)

Em relação ao capital cultural, numa sociedade colonial ou pós-colonial, que sempre favorece a modernização, as lideranças do Sofrio e da Caluva não podem ser consideradas modernas. A sua relação com a “modernidade” é complexa, elas estão na posição intermédia, mas cheias de contradições, inseguranças e incertezas; podem ser considerados como “mutantes”. No entanto, são pessoas carismáticas com determinada ambição e que percorrem um caminho marcado por muito esforço individual. O prestígio que detêm é um indicador da consolidação da sua posição num espaço social hierarquizado e considerado como um fato de grande importância.

“Até hoje, se eu falo como uma parteira tradicional graças a eles, nos deram a conhecer, as autoridades nos conhecem. Onde nós que passamos, nos conhecem (...).” (Entrevista 07)

“(...) porque vem agora aqui um estrangeiro já não tem receio de falar com ele. Enquanto estávamos sozinhos, cada um no seu buraco, aparecia aqui um estrangeiro, branco principalmente, as pessoas ficavam assim um pouco acanhadas. Agora não; eles mesmo em minha casa iam. Antes de termos aqui esse lugar eles iam à minha casa. Conheço muita gente que iam à minha casa.” (Entrevista 08)

É normal e compreensível que estas lideranças esperem e busquem novas oportunidades oferecidas pelo surgimento das formas organizativas nos respectivos bairros e pela intervenção na área social onde desempenham um papel determinante. É uma possibilidade de intervenção de acordo às suas ambições, objetivos e meios de que dispõem. Algumas dessas lideranças, 32,6% das

pesquisadas, viveram durante muito tempo sob influência da política, do discurso, dos ideais e militância, estando familiarizados com a ação social e o engajamento político. O seu passado, próximo a vida religiosa está impregnado de valores humanos cristãos, de uma certa preocupação com o outro. O seu interesse não é puramente material, mesmo sendo este o primordial. As ações desenvolvidas pelas formas locais nos bairros não são fortemente financiadas e, muitos têm uma carreira profissional paralela à atividade que desempenham como lideranças.

Um olhar mais amplo sobre as lideranças e as formas organizativas dos dois bairros e contexto onde estão inseridas permitem reconhecer que situações complexas influenciam as suas atitudes, escolhas e motivações. Mesmo considerando que o surgimento das formas organizativas no Sofrio e na Caluva é uma ação interessada pelas lideranças e Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango, excluindo o aspecto puramente material, este interesse persegue um lugar de maior destaque no espaço social local, de busca de prestígio e de reconhecimento social. O percurso pessoal destas lideranças permite considerar que a vontade de intervenção na área social, o desinteresse, a preocupação com o outro, existem mesmo quando perseguindo algum outro interesse subjacente, o que pode ser percebido na Tabela 5.

Tabela 5 - Antes da intervenção da ADRA, havia no seu bairro Comissões ou grupos de moradores organizados vs. Porquê?

Antes da intervenção da ADRA, havia no seu bairro Comissões ou Grupos de Moradores organizados	Porquê?									
	por melhorias sociais	por necessidade de organização social	devido à pouca iniciativa dos moradores	devido a necessidade de manter a integridade física dos mora	devido à pouca organização dos moradores	grupos religiosos	por interferência das estruturas do governo	NS/NR	NSA	Total
Sim	19 42,2%	11 24,4%		8 17,8%	2 4,4%	1 2,2%	1 2,2%	3 6,1%		45 100%
Não	1 2,4%		5 11,9%	2 4,8%	16 38,1%	1 2,4%		16 38,1%	1 2,4%	42 100%
NS/NR									23	23
NSA									1 100%	1 100%
Total	20 18%	11 9,9%	5 4,5%	10 9%	18 16,2%	2 1,8%	1 0,9%	19 17,1%	25 22,5%	111 100%

Fonte: Levantamento direto

Foi percebido que a intervenção do Programa nos dois bairros proporcionou o surgimento de agentes transformadores, reforçando também os já existentes. Isso foi verificado através de uma associação positiva forte (Cramer's $V = 0,730$) e estatisticamente significativa ($p = 0,000$) como podemos observar na tabela acima observada. As respostas positivas sobre a existência de formas organizativas nos bairros antes da intervenção do Programa, 42,2% dos entrevistados relacionam a existência das mesmas com a luta por melhorias sociais para as populações, 24,4% dos entrevistados justificam-no pela necessidade de organização social e 17,8% pela manutenção da integridade física das populações. Esta última questão se explica pela falta de segurança e pela ausência de forças policiais nos bairros e pela iniciativa tomada para suprir esta lacuna. Este tipo de forma organizativa tinha um forte caráter ideológico, estando sempre vinculada ao Comitê do Partido (MPLA) nos bairros. Ao responder sobre a inexistência de formas organizativas nos bairros, 38,1% dos entrevistados explicam que se deve a pouca organização dos moradores. Assim, o Programa ao desenvolver ações por melhorias sociais das populações também promoveu o surgimento de formas organizativas ou reforçou as já existentes no Sofrio e na Caluva.

CAPÍTULO VII

Reflexão sobre as “relações de parceria”

Atualmente, a expressão “parceria” é um dos grandes pilares da nova retórica do desenvolvimento. Frequentemente, fala-se de “relações de parceria”, de “parceiros” nos projetos de desenvolvimento ou da necessidade de “construção de relações de parceria”. Por essa razão, e porque as formas organizativas existentes nos bairros do Sofrio e da Caluva são dependentes, faz-se importante dedicar uma parte deste texto à reflexão sobre este tipo de relações, ao modo como são estruturadas essas relações e, particularmente, aos aspectos relevantes da existência do poder nessas relações. No entanto, o tempo disponível para o trabalho empírico não permitiu analisar profundamente as características dessas relações durante a pesquisa. Sobretudo, este capítulo constitui uma reflexão teórica, ilustrada pelas informações obtidas durante a permanência na cidade do Lubango. Concluindo, a reflexão constitui uma primeira exploração que permitirá construir uma grelha de análise dessas relações de parceria para uma eventual e futura pesquisa.

7.1 A parceria

A noção de “parceria” é o corolário natural da idéia do “desenvolvimento na base” (the bottom-up approach), em que a participação de todos e a integração horizontal da contribuição de todos atores (indivíduos, organizações ou grupos de indivíduos) intervenientes no projeto (do doador aos beneficiários, passando pelas organizações intermediárias) devem ser pesquisadas. Contrariamente, ao que acontecia no passado, as ações não devem ser dirigidas de “cima” (doadores, ONGs, organizações implementadoras, etc.). Apenas as ações realmente pesquisadas pelas populações podem ter algum êxito. As relações de parceria visam diminuir o poder detido pelos organismos doadores e grandes organismos de desenvolvimento e deixar espaço para que as populações e formas organizativas locais possam exprimir os seus “anseios de desenvolvimento”. A relação estabelecida deve ser o menos hierarquizada possível. A relação se situa a diversos níveis

em uma cadeia onde diferentes atores integram um projeto ou uma ação de desenvolvimento: no nível doador internacional/ONG internacional; agência internacional/organização local (ONG ou outra); organização implementadora do projeto (nacional ou estrangeira)/populações locais.

O discurso sobre a “parceria” também é compreendido como o reforço de verdadeiras democracias nos países em desenvolvimento. As relações de parceria também têm a missão de reforçar as formas organizativas locais para a defesa de interesses particulares, oferecendo meios e possibilidades de se exprimirem.

Numa recente pesquisa sobre reforço das formas organizativas locais, organismos internacionais de desenvolvimento decidiram retirar-se da execução direta de projetos, preferindo agir como “facilitadores” e ajudar na “capacitação” dos “parceiros locais”. Os organismos internacionais de desenvolvimento procuram organizações locais que possam ser “bons parceiros”. A importância recente adquirida por esse tipo de relações está patente nas seguintes declarações:

“Acho que há uma grande, não sei se é só na área de intervenção, mas em termos de parcerias também, há uma grande receptividade por parte dos parceiros. Há uma grande procura dos parceiros interessados em partilhar, em cooperar, em participar no trabalho que a ADRA vinha desenvolvendo (...)” (Entrevista C)

“Eu digo que é uma relação de parceiro porque eu quando vou para lá, não vou com uma postura de que tem que fazer aquilo, tem que fazer aqui. Eu vou lá com a postura de aconselhar. Por exemplo, eu se vou no Jango comunitário e encontrar uma coisa suja, eu digo: olha, há questões muito importantes de gestão que se aqui estiver sujo, a outra pessoa vai já me referenciar o quanto eu não estou organizado. Então, é bom sempre termos essas coisas assim presentes. Não vou lá dizer, vocês devem limpar isso, isso está sujo, mas um pouco faço (...). Embora possa ser uma admoestação pedagógica, mas vou com esse conceito. Depois, eles, às vezes, também quando para aqui, (...), dizem: olha, eu precisava realizar uma coisa; o que me aconselhas, como é que eu devia fazer? Não vêm aqui dizer: estou com dificuldades de fazer aquilo, você deve me fazer aquilo, não.” (Entrevista B)

Mesmo sendo um objetivo idealizado a parceria não deixa de ser definida por alguns valores normativos como:

“(...) a solidariedade mútua, a colaboração na prática, a possibilidade de crescimento coletivo, o respeito recíproco pelas diferenças culturais, a implicação ativa dos beneficiários, a contribuição de cada parte de acordo às suas possibilidades, a transparência dos interesses de cada uma das partes, a procura de consenso, a

complementaridade dos objetivos a atingir, a aceitação mútua do conceito de parceria e a confiança recíproca”. (Entrevista E)

Há um vasto campo de valores vinculados à idéia de parceria que podem tornar esta relação aparentemente igualitária, colocando os diferentes participantes no mesmo plano e beneficiando das mesmas possibilidades. Deste modo, a parceria salvaguarda do intervencionismo: as ações a desenvolver, na sua maioria, serão as exprimidas pelo parceiro do Sul. A parceria constitui uma defesa contra a arrogância e uma salvaguarda contra o eventual complexo de superioridade do Norte e possibilita a criação de um espaço onde o parceiro do Sul possa expressar idéias sobre o seu próprio desenvolvimento. A parceria também pode ser a garantia de um desenvolvimento apropriado e sustentável porque dará espaço a um tipo de desenvolvimento localmente inventado. Finalmente, as relações de parceria permitem o desenvolvimento das formas organizativas locais, defendendo os seus interesses e criando assim um fator de desenvolvimento democrático.

Realmente o que significa tudo isso? Na prática, como se estabelecem e existem as relações de parceria? Especificamente, a questão do poder pode ser vinculada às relações de parceria. Mas, o que é o poder? É possível estabelecer onde quer que seja, e em particular no campo da cooperação, relações humanas perfeitamente simétricas onde “ninguém tenha poder”? Caso alguém “tenha poder” o que diz sobre o exercício do mesmo nas relações de parceria?

7.2 Desconstrução da noção normativa de parceria

Quando é abordada a questão sobre parceria ou cooperação, indubitavelmente aquelas são situadas no terreno da negociação e da interdependência, como aponta Friedberg (1993).

Inevitavelmente, havendo interdependência numa relação também há poder. Sobre este aspecto, Friedberg apresenta a seguinte idéia:

“(...) um elo irreduzível entre o poder e (inter)dependência, quer dizer entre poder e cooperação (...) nada de poder sem relação, nada de relação sem troca. Está aí a dimensão instrumental do poder. Não se tecem relações de poder gratuitamente ou só pelo prazer de o ter. Entra-se numa relação de poder porque se deve obter a

cooperação de outras pessoas para a realização de um projecto, seja ele qual for(...).”
(Friedberg, 1993:117)

Contrariamente ao que o discurso deixa antever as relações de parceria não são simétricas na medida em que não é possível construir interdependência entre parceiros ausentes. O poder não é uma dimensão. Esta abordagem realça dois aspectos onde o poder não é uma “coisa” que se detém e se armazena, em função do qual se obtém uma posição no espaço social. O poder existe e se situa numa relação com alguém ou com algo²⁶, considerando que é na relação estabelecida que o poder se define. O poder também pode ser definido como a capacidade de um ator em estruturar a seu favor os processos de troca mais ou menos duradouros, explorando os constrangimentos e oportunidades da situação para impor termos de troca favoráveis aos seus interesses. Assim, o poder é uma característica inevitável nas relações sociais. Abordada desta maneira, a noção poder parece estar separada da noção de conflito a qual sempre está vinculada. Para Giddens *“a relação entre conflito e poder é contingente. O exercício de poder pode entrever conflitos, mas a presença de um conflito não é a condição necessária para poder qualificar uma relação como relação de poder.”*²⁷

Por consequência, o poder constitui uma dimensão irreduzível e inevitável na ação coletiva. Esta maneira de perceber o poder tem a vantagem de torna-lo mais inofensivo do que naturalmente é. O poder parece *“(...) não um fenómeno anormal, patológico e malsão, mas pelo contrário uma manifestação natural e normal da cooperação humana que supõe sempre uma dependência mútua e desequilibrada dos actores.”* (Friedberg, 1993:118).

O poder é uma característica inevitável em todo e qualquer tipo de relação. Por isso, as relações de parceria que se desenvolvem nos diferentes níveis do campo da cooperação são relações de poder e, conseqüentemente, relações assimétricas. Mas não há necessidade de adotar uma

²⁶ Olivier de Sardan (1995) chama atenção sobre a diferença da noção de Friedberg e de Bourdieu. Enquanto que para Friedberg o poder não pode ter um caráter relacional, para Bourdieu existe o “poder instituído” em uma pessoa, grupo, instituição ou Estado, por exemplo. Nesta discussão cabe a noção de poder de Friedberg porque ela favorece a interação. Pode-se dizer que um “objeto” detém “poder instituído”, mas se não estiver em uma situação de interação com outros objetos que legitimam as propriedades pelas quais obteve a posição de poder, estará destituído da possibilidade de exercer este mesmo poder.

²⁷ Giddens apud Friedberg (1993:116)

posição pessimista sobre esta questão, sendo muito difícil que as posições não sejam trocadas pelos diferentes atores. Não obstante a assimetria resultante, as relações são processos e as posições que os atores ocupam podem ser modificadas. Aqueles, munidos de instinto estratégico, tentam sempre melhorar a sua posição em função dos seus recursos e da leitura que fazem da relação. É necessário afrontar a inevitabilidade do poder com realismo para melhor controlar eventuais acontecimentos anormais ou malsãos. Na área de desenvolvimento, e neste caso nos bairros do Sofrio e da Caluva em particular, por diferentes razões e segundo as respectivas lideranças, as formas organizativas locais cooperam, estabelecem uma relação de interdependência. Naturalmente, o poder faz parte dessa relação. No entanto, os diferentes atores sabem como encobrir este fato sob a proteção da retórica da parceria, argumentando:

“É uma relação, agora, de parceiros, somos parceiros. Na minha opinião, somos parceiros, embora existem alguns que ainda sentem que nós não somos parceiros, nós somos os chefes entre aspas” (Entrevista B)

“Bem, isso é que (...), nós recebemos aí financiadores, não sei bem, agora não sei se são da ADRA. Eu sei que vieram aí da outra vez, eles louvaram mesmo nosso trabalho. Disseram sim senhor, uma organização começou do principio, começou mesmo no embrião e agora já estão a fazer alguns trabalhos que se vê que de fato estão a desenvolver. Encorajaram-nos a inclusive a prosseguir, a pedir financiamento em vários sítios (lugares) para fortalecermos a nossa atividade.” (Entrevista 08)

É evidente que, à partida, a questão financeira constitui um desfavorável e forte fator de dependência e assimetria. As formas organizativas locais não podem auto-financiar os seus próprios projetos. Por isso, devem submeter-se as regras, normas e mecanismos estabelecidos pelos seus parceiros. Mas, existem nesta área outras maneiras mais sutis de criação de assimetria onde a estruturação da relação favorece o participante externo.

7.3 As fontes de poder nas relações de parceria

Numa relação de troca e de cooperação os atores tentam situar-se da melhor maneira possível de acordo aos seus próprios objetivos e projetos. Para Friedberg, a possibilidade de estruturar a relação de poder próprio depende de duas fontes: a primeira é a pertinência das possibilidades de ação dos participantes na relação para a resolução do problema dado; a segunda é a liberdade ou zona de autonomia que cada um dispõe para as suas transações, ações e negociações.

A primeira fonte de poder, a pertinência da solução, atrai a atenção pela importância da definição dos problemas na estrutura das relações de interdependência, supondo que *“ao definir um problema, define-se também a pertinência das específicas, dos saberes práticos e das possibilidades de ação de que dispõem os diversos actores interessados no problema”*. (Friedberg, 1993:121)

O entendimento das possibilidades de solução proposta está além dos simples recursos econômicos. Inclui o saber e os conhecimentos que controlam as relações de interdependência. A ideia da importância da definição de problemas ou da sua identificação está de acordo ao sentido do processo de “labelling” abordado por Long & Van der Ploeg (1989). Para estes autores o processo de “labelling” que pode ser traduzido como “designação” promete e/ou impõe determinados esquemas tanto para o diagnóstico como para as soluções propostas aos problemas de desenvolvimento.

Pela utilização constante e (in)consciente de determinadas palavras, que acabam por ser consideradas como clichês, é fácil constatar a força do “labelling” na área de desenvolvimento. As expressões sempre são adotadas pelos parceiros locais no seu vocabulário cotidiano e na designação de coisas e de fenômenos sem que tenham um sentido preciso da mesma (expressão) ou um sentido completamente diferente ao original. A utilização da expressão “educação cívica” usada por muitas formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva corrobora este tipo de comportamento. Enquanto que para uns a expressão “educação cívica” sugere a ideia de cidadania para outros

adquire o significado de preceitos da moral cristã. Nessa mesma ordem, podem ser dados outros tantos exemplos.

A questão das consultorias e do “labelling” adquire a sua importância nas atividades relacionadas à formação para o desenvolvimento. Esta acaba por assumir o papel de mecanismo de disseminação do saber legítimo, ou seja, a partir do qual são produzidos os “label” e, simultaneamente, de legitimação desse saber.

A segunda fonte de poder abordada por Friedberg é a zona de autonomia que cada parceira pode manobrar. Esta margem de liberdade introduz um componente de incerteza e de imprevisibilidade na relação. A margem de liberdade dá a oportunidade a cada participante o espaço para conduzir os seus próprios projetos e também a possibilidade de imprevisibilidade que mantém o outro interessado. O autor salienta que *“Não há nada a fazer: se o vosso comportamento é perfeitamente previsível, é automático, e ninguém se preocupará ou oferecerá seja o que for em troca”*. (Friedberg, 1993:125)

Pode-se pensar que nas relações de parceria as formas organizativas locais têm escassas possibilidades de estruturar a seu favor de modo a poder conduzir os seus próprios projetos. É bem verdade que, à partida, esta relação não está estruturada a seu favor; possuem poucos recursos; os que menos contam oficialmente neste tipo de relações, Não possuem recursos econômicos, não dominam as regras do jogo, ou seja, não têm capacidade a designar. Mesmo assim, não são facilmente dispensáveis. Como atrás referido, que numa relação alguém não tenha algo para trocar. Muitas vezes, a condição de formas organizativas locais faz que sem a sua presença não se possam estabelecer relações de parceria. Provavelmente, é na zona de autonomia que as formas organizativas locais oferecem e encontram as possibilidades de parceria.

Este fato também ocorre com as lideranças do Sofrio e a Caluva que para desenvolver os seus projetos fazem pequenos desvios em relação ao inicial estabelecido, lembrando caso da liderança que mesmo não sendo deslocada integrou o grupo de costureiras. Para Laurent (1996) esta margem de manobra favorece o surgimento de estratégias que permitem aos beneficiários

encontrar um lugar simbólico que seja familiar e onde dominam as regras. Definitivamente, não pensam encontrar esse lugar junto dos doadores. Laurent (1996) também chama atenção sobre a polissemia e sobre as diferentes interpretações do conceito de desenvolvimento que envolvem grande parte das noções operatórias na área de desenvolvimento e que permitem criar uma espécie de neblina ou mal entendido útil e, conseqüentemente, uma zona de liberdade no interior da qual e devido à ela a relação pode continuar.

7.4 As relações de parceria: interdependência, assimetria e poder

Como outros componentes da retórica do desenvolvimento, as relações de parceria possuem discursos normativos com valores e objetivos idealistas designadamente a igualdade entre parceiros, a transparência na relação ou a implementação de projetos realmente provenientes das formas organizativas locais.

Friedberg (1993:117) destaca que inevitavelmente toda relação humana é marcada pela assimetria entre os participantes. A existência de uma relação de cooperação implica troca, negociação e interdependência e a presença de poder, o que significa “(...) *contrariamente à intuição da primeira que se poderia ter, poder e cooperação não são contraditórios, mas são a seqüência natural um do outro.*”.

Não obstante, ser uma das principais questões na constelação desenvolvimentista, as relações de parceria não são simétricas. Os organismos internacionais estão na posição dos que detêm os recursos financeiros e o saber legítimo. Esses recursos oferecem não apenas a possibilidade de resolver os problemas colocados, mas também e, sobretudo, a capacidade de definir esses mesmos problemas. De certa maneira, a pertinência da solução é estabelecida e reforçada pela legitimidade da experiência proposta.

A zona de autonomia é a fonte de poder das formas organizativas locais exercerem o seu papel e terem acedido à ela como todos os outros atores da relação. Nela não existe a possibilidade de controle total por cada um dos participantes. A zona de autonomia permite laçar

idéias sobre os seus próprios projetos. Esta margem de liberdade é também permitida pela polissemia que envolve os conceitos da linguagem desenvolvimentista. Assim são criados vários mal entendidos úteis que possibilitam a continuidade das relações de parceria.

Igualmente, a pertinência das experiências propostas é amplamente legitimada pela força da racionalidade científica ocidental. Particularmente, a força do saber legítimo está presente nas ações de formação onde todos os participantes, na maioria dos casos, detêm saber e conhecimento. Nessas formações, no lugar da transformação de conteúdos ocorre a transferência de saber. A primeira implica uma redefinição de sentido, integrando efetivamente os atores, seus repertórios de saber e os códigos dos seus mundos. Essa última iniciativa pode transformar as ações de formação em processos de construção e revisão criativa de conteúdos no lugar da repetição habitual de receitas já prontas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que as idéias apresentadas ao longo do texto possam parecer muito críticas, considerando a prática geral da constelação desenvolvimentista, a intenção principal é conseguir uma abordagem mais plausível, distante dos discursos ideológicos, e de pesquisar formas de confrontar essa prática com as características a ela inerentes e a realidade ou contexto que se pretende transformar. A posição assumida não é de um ceticismo indiferente e distante, mas de um engajamento através da pesquisa de um “modo de fazer” consciente e de acordo ao projeto de sociedade que contém ações de mudança social, de comportamento e posicionamento éticos. A tomada de consciência e o conhecimento sobre a posição assumida e sobre o posicionamento do “outro” permitem que o “modo de fazer” necessário não seja um lugar de certezas adquiridas e absolutas, mas sim um terreno fértil onde seja possível recorrer à criatividade e à imaginação.

A retórica desenvolvimentista e o “mundo do desenvolvimento” são ricos em discursos normativos e projetos que, na prática, pouco se realizam. No entanto, esses discursos e projetos são perpétua e permanentemente utilizados para explicar a prática e a evolução do contexto da ação onde estão inseridos. A polissemia dos conceitos e noções operatórias do campo de desenvolvimento permitem a continuidade de ações sustentadas nesses mesmos discursos (Laurent, 1996). Muitas vezes, como não é raro acontecer, é temporariamente rejeitado todo um contexto por não estar de acordo aos ideais pesquisados. Este fato questiona a idéia das ONGs nacionais e formas organizativas locais poderem ser bons parceiros. Frequentemente, as agências internacionais de desenvolvimento e ONGs estrangeiras têm uma certa dificuldade em tratar essa realidade complexa com uma história densa e percursos próprios, mas pouco ajustável aos modelos propostos.

No caso das formas organizativas nos bairros do Sofrio e da Caluva, é muito difícil neste trabalho elaborar conclusões sobre o seu funcionamento e a sua eficácia ou emitir hipóteses sobre o seu futuro. No Sofrio e na Caluva, as formas organizativas são conduzidas por seres humanos com histórias, vivências, projetos e percepção de acontecimentos e da realidade necessários de conhecer e considerar quando se pretende compreender este tipo de organizações.

Evidentemente, para melhor julgar a pertinência das suas ações deve-se entender o alcance deste trabalho. Há necessidade de dados mais precisos relativos à dinâmica assim como sobre a história e surgimento dessas organizações. Só assim será possível evidenciar os momentos (conflitantes ou não) que explicam sua origem e crescimento massivo. Será necessário conhecer melhor o seu funcionamento, seus diferentes projetos, ações, modos de execução e dinâmicas organizacionais, particularmente as relações entre as lideranças e membros da organização, populações que representam e/ou pretendem representar e parceiros. O melhor conhecimento da organização permitirá aferir a existência ou não de um projeto mais global.

A abordagem teórica relativa a análise das “relações de parceria” presentes neste trabalho dão algumas pistas para futura pesquisa empírica mais aprofundada. Haverá necessidade de submergir as propostas teóricas aos dados empíricos para melhor apreender o modo como se estrutura este tipo de relação, principalmente as duas fontes de poder mencionadas: a pertinência das consultorias (saber e ter) e a zona de autonomia.

Uma eventual continuação deste trabalho exigirá uma pesquisa empírica mais prolongada. Essa estada permitirá criar uma certa familiaridade com o objeto e local pesquisado. Também, esta maior familiaridade aguçará a sensibilidade para certos fenômenos e atitudes que passam despercebidas a quem fica no limiar do objeto empírico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAE, Alda Judith. (1991), “O planejamento de pesquisas qualitativas em educação”. *Caderno de Pesquisa*, 53-61.
- ARATO, Andrew.(1995), “Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil: Orientações para novas pesquisas”. *RBCS*, 27, 18-27.
- _____. (1994), “Sociedade Civil e Teoria Social”, in: L. Avritzer (Coord.), *Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte, Livraria Del Rey.
- ARATO, Andrew e COHEN, Jean. (1992), *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, MA/London, MIT Press.
- BA, Moussa (1995), “Acquis et limites des ONG em Afrique de L’Ouest”. *Le Courier*, 152, Juillet-Août: 69-70.
- BABBIE, Earl. (1994), *The Practice of Social Works*. Belmont/Califórnia, Wadsworth Publishing Company.
- BAKHTIN, Mikhail. (1981), *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- BEAUDET, Pierre. (1992), *Angola: bilan d’un socialisme de guerre*, Paris, L’Harmattan.
- BENGOA, Jose. (1992), “Educação para os movimentos sociais” in ADRA (ed), *Série Divulgações*, 7, Luanda, ADRA.
- BOSSUYT, Jean e DEVELTERE, Patrick. (1995), “Le financement des ONG ou le dilemme entre l’autonomie et l’identité”. *Le Courier*, 152, Juillet- Août: 76-79.
- BRESSER PEREIRA, Luiz e GRAU, Nuria G. (1999), “Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal”, in L. B. Pereira e N. C. Grau (orgs), *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro, FGV.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens commun*. Paris, Les Editions de Minuit.
- _____. (1979), *La distinction*. Paris, Les Editions de Minuit.
- BRANDÃO, Helena. (1997), *Introdução à análise do discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- CAILLÉ, Alain. (1994), *Don, intérêt et désintéressement*. Paris, La Découvert/MAUSS.
- CALHOUN, Craig. (1997) “Habermas and the public sphere”, in C. Calhoun (ed), *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA/London, MIT Press.
- CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide V. Majer. São Paulo, Paz e Terra.
- CHILDS, Gladwin Murray. (1949), *Umbundu Kinship and character*. Oxford, Oxford University Press.

- CIVICUS. (1995) *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. Washington, CIVICUS - World Alliance dor Citizen Participacion.
- CHAMBERS, Robert. (1995), *Desenvolvimento rural: fazer dos últimos, os primeiros*. Luanda, ADRA.
- CROMBRUGGHE, Geneviève de. (1995), “L’appui institutionnel aux ONG du Sud”. *Le Courier*, 152, Juillet-Août: 71-72.
- CUNHA, Euclides. (2000), *Os sertões*. Rio de Janeiro, Record .
- DANTAS, Marcelo. (1994), *Olodum – de bloco afro a holding cultural*. Salvador, Grupo Cultural Olodum/ Fundação Casa de Jorge Amado.
- DASGUPTA, P. e SERAGELDIN I. (eds), (1999), *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington, World Bank.
- DEMO, Pedro. (1988), *Participação é conquista*. São Paulo, Cortez.
- DESLAURIERS, J. P., (1991), *Recherche qualitative – guide pratique*. Montréal, McGraw-Hill Editeurs.
- DUMONT, René. (1993), *Democracia para África*. Luanda, Ler & Escrever.
- ECO, Umberto. (1977), *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- ESTERMANN, Carlos. (1983), “Etnografia de Angola: Sudoeste e Centro”, in: G. Pereira (ed), *Coletânea de artigos dispersos*, 2: 65-103, Lisboa.
- FALCONER, Andres P. (1998), *One sector or many: Nonprofits in Brasil*, datilo.
- FALISSE, Michel. (1995), “Les ONG entre servilité et indépendance”. *Le Courier*, 152, Juillet-Août: 86.
- FEYERABEND, Paul. (1977), *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- FERNANDES, Rubem C. (1994), *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relumé Dumará.
- FISHER, Rosa M. e FALCONER, Pablo A. (1998), *Desafios da parceria Governo-Terceiro Setor*, datilo.
- FONTES, Breno A. (1999), *Capital social e o Terceiro Setor: sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias*, datilo.
- FRIEDBERG, Erhard. (1993), *O poder e a regra: dinâmica da acção organizada*. Bobadela, Instituto Piaget.

- FRIEDMANN, John. (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony. (1984), *The constitution of the society: an outline of the Theory of Structuration*. Cambridge, Polity Press.
- GIL, António Carlos. (1999), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, Editora Atlas.
- GIST, Noel P. e FAVA, Sylvia F. (1968), *Sociedad Urbana*. Barcelona, Ediciones Omega.
- GOHN, Maria da Glória. (1997), *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola.
- _____. (1998) “O novo associativismo e o Terceiro Setor”. *Serviço Social & Sociedade*, XIX, 58: 9-23.
- HABERMAS, Jürgen. (1998), *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- _____. (1994), *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid, Catedra/Teorema.
- _____. (1989), *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, MA/London, MIT Press.
- HANSMANN, Henry. (1997), “Economic Theories of nonprofit organizations” in W. Powell (ed). *The nonprofit sector: A research handbook*, New Haven, Yale University.
- HART, Keith e LEWIS, Joanna. (eds), (1994), *Why Angola matters?*. London, University of Cambridge/African Studies Centre .
- IOSCHPE, Evelyn, B. (org), (1997), *3º Setor: Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro, GIFE/Paz e Terra.
- JANSEN, Anneke (1995), Opções atuais da cooperação internacional. *Cadernos ABONG*, 7.
- LANDIM, Leilah (org), (1988). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER.
- LAURENT, Pierre (1995), L’urgence et le développement. *Le Courier*, 152, Juillet-Août: 89-90.
- LAURENT, Pierre-Joseph. (1996), *Le don comme ruse – Une traduction anthropologique de la coopération au développement*. Tese de Doutorado. Louvain-la-Neuve, Institut d’Études pour le Développement/Université Catholique de Louvain, datilo.
- LESLEY, Kish. (1995), *Survey Sampling*. New York, Johns Wiley & Sons Inc.
- MANUEL, Jorge. (1998), *Para compreender Angola: Da política à realidade*. Lisboa, Dom Quixote.

- MESSIANT, Christine. (1994) “Angola: les voies de l’ethnisation et de la décomposition”. *Lusotopie*, 1-2: 155-210.
- NETO, Maria da Conceição. (1997), “Contribuição a um enquadramento histórico da situação actual”. in P. Beudet (ed), *Comunidades e instituições comunitárias na perspectiva do pós-guerra*. Luanda/Montreal, ADRA/Alternatives/Development Workshop.
- NEUBERT, Dieter. (1996), “The role of local brokers in the development system: experiences with ‘self help’ projects in East Africa”. *APAD*, 11.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. (1995), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris, APAD – Karthala.
- PACHECO, Fernando. (1996), *Democracia e sociedade civil em Angola*, datilo.
- PÉLISSIER, René. (1978), *La colonie du minotaure: nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgéval, Pélissier.
- PEZARAT CORREIA, Pedro. (1991), *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português*. Luanda, Ler & Escrever.
- _____. (1996) *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa, Hugin Editores.
- PNUD. (1997) *Relatório de Desenvolvimento Humano: Angola –1997*. Luanda, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).
- _____. (1998) *Relatório de Desenvolvimento Humano: Angola –1998*. Luanda: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).
- _____. (1999) *Relatório de Desenvolvimento Humano: Angola –1999*. Luanda: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 1997/1999. (1996). ADRA, datilo.
- PUTNAM, Robert D. (1996), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, FGV.
- REVISTA *Angola: um país fabuloso*. (1998), Luanda: LPE Internacional.
- RELATÓRIOS ANUAIS DE ACTIVIDADES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PERI-URBANO DO LUBANGO – 1994/1998, datilo.
- ROCHE, Chris. (2000), *Avaliação de impacto do trabalho das ONGs: aprendendo a valorizar mudanças*. São Paulo, Cortez/ABONG.
- ROQUE, Sandra. (1998), *De quoi parlent les leadres lorsqu’ils disent “ONG”: regard sur les ONGs locales dans la province de Manica au Mozambique*. Dissertação de Mestrado. Louvain-la-Neuve, Département des Sciences de la Population e du Développement/Université Catholique de Louvain, datilo.

RUBIN, Allen e BABBIE, Earl. (1992), *Research Methods for Social Works*. Pacific Grove/California, Brooks/Cole Publishing Company.

SALAMON, Lester. (1997), "Partners in public service: the scope and theory of government-nonprofit relation". In W. Powell (ed). *The nonprofit sector: A research handbook*, New Haven, Yale University.

SANGO, André O. (1995), *O processo de construção da cidadania em Angola: mitos e realidades*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, datilo.

SENNA FILHO, Arthur. (1994), "Organizações Não-Governamentais de Assessoria Popular, Novos Movimentos Sociais, Estado e Democracia". *Serviço Social & Sociedade*, XIV, 45: 42-65.

SILVA CARDOSO, António. (2000), *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa, Oficina do Livro.

SINGLETON, Michael. (1990), "PROJETS et projets". *Cahiers do CIDEP*, 7.

SMULOVITZ, Catalina. (1996), "La investigación sobre el Tercer Sector: el Sur también existe", *ISRT*, 1: 1-14.

SOGGE, David. (1992), *Sustainable peace: Angola's recovery*. Harare, SARDIC.

STOCKTON, Nicholas. (1995), "Les ONG sous-traitance ou innovation en situation de crise?". *Le Courier*, 152, Juillet-Août: 87-88.

TENDLER, Judith. (1997), *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Rio de Janeiro, Editora Revan.

WEBER, Max (1963) *Ensaio de Sociologia*. in H. H. Gerth e C. Wright Mills (org),. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

WHEELER, Douglas L. e PÉLISSIER, René. (1971), *Angola*. London, Praeger Publishers.

ZENHA RELA, José M. (1992), *Angola: entre o presente e o futuro*. Lisboa, Agropromotora/Escher

ANEXOS

ANEXO I (1ª Parte)

Roteiro para entrevista com as Lideranças Comunitárias

I DADOS PESSOAIS DA LIDERANÇA

1. Nome do entrevistado:
2. Nome da entidade:
3. Sexo
4. Idade
5. Naturalidade
6. Escolaridade
7. Ocupação profissional
8. Renda familiar
9. Estado civil

II PERFIL DA LIDERANÇA COMUNITÁRIA

1. Tempo que reside na comunidade
2. Tempo que exerce o papel de líder comunitário
3. Atividade da entidade
4. Fale sobre sua trajetória política
5. Por que ser um líder comunitário?
6. Fatores que levaram a ser um líder comunitário
7. Qual o papel de uma liderança comunitária?

III VISÃO POLÍTICA DA LIDERANÇA COMUNITÁRIA

1. Identificar os caminhos utilizados pela liderança para conquistar melhorias para a comunidade;
2. Identificar a participação das lideranças nas ações do Programa;
3. Refletir sobre a opinião das lideranças sobre as ações desenvolvidas pelo Programa;
4. Refletir a opinião das lideranças sobre o relacionamento com a equipe técnica do Programa.

Obs: Foram inseridas questões que viessem a complementar as informações dadas pelos entrevistados.

ANEXO I (2ª Parte)

Roteiro para Entrevista com os Técnicos do Programa

DADOS PESSOAIS

Nome do entrevistado:

Sexo

Idade

Naturalidade

Escolaridade

Ocupação profissional

Renda familiar

Estado civil

- Identificar a trajetória pessoal dos Técnicos do Programa;
- Identificar a visão dos Técnicos sobre a implementação do Programa;
- Refletir sobre o relacionamento dos Técnicos com as lideranças comunitárias do Sofrio e da Caluva;
- Identificar a apreciação dos Técnicos sobre a implementação do Programa.

Obs: Foram inseridas questões que viessem a complementar as informações dadas pelos entrevistados.

Anexo II

PESQUISA “Formas organizativas no quadro da intervenção da ADRA: Sofrio e Caluva –
Programa de Desenvolvimento Peri-Urbano do Lubango”

QUESTIONÁRIO PARA AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Nº do questionário: _____

Hora de início: _____/_____/_____

Nome: _____

Comissão/Grupo: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Telefone: _____

INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. **Sexo:** (01) Masculino (02) Feminino

2. **Idade:** _____ anos.

3. **Naturalidade:** _____

4. **Escolaridade:**

(01) Nunca frequentou a escola

(02) Lê e escreve

(03) 1º Nível incompleto

(04) 1º Nível completo

(05) 2º Nível incompleto

(06) 2º Nível completo

(07) 3º Nível incompleto

(08) 3º Nível completo

(09) Médio incompleto

(10) Médio completo

(11) Superior incompleto

(12) Superior completo

(98) N/R

(99) NSA

5. **Ocupação profissional**

(01) Desempregado

(02) Funcionário público

(03) Eletricista

(04) Pedreiro

(05) Carpinteiro

(06) Mecânico

(07) Sapateiro

(08) Alfaiate

(09) Negociante (autônomo)

(10) Professor

(11) Enfermeiro

(12) Outros: _____

(98) N/R

(99) NSA

6. Renda familiar

- | | |
|---------------------------|----------------------------|
| (01) Menos de 82 Kz. | (10) De 738 Kz. a 820 Kz. |
| (02) De 82 Kz. a 164 Kz. | (11) De 820 Kz. a 902 Kz. |
| (03) De 164 Kz. a 246 Kz. | (12) De 902 Kz. a 984 Kz. |
| (04) De 246 Kz. a 328 Kz. | (13) De 984 Kz. a 1066 Kz. |
| (05) De 328 Kz. a 410 Kz. | (14) Mais de 1066 Kz. |
| (06) De 410 Kz. a 492 Kz. | (97) N/S |
| (07) De 492 Kz. a 574 Kz. | (98) N/R |
| (08) De 574 Kz. a 656 Kz. | (99) NSA |
| (09) De 656 Kz. a 738 Kz. | |

7. Em sua casa, outras pessoas colaboram na subsistência da família?

- | | |
|----------|----------|
| (01) Sim | (98) N/R |
| (02) Não | (99) NSA |

8. Com quem o (a) Sr.(a) mora?

- | | |
|--|-------------------|
| (01) Apenas com a família [esposo(a) e filhos] | (03) Mora sozinho |
| (02) Família e parentes | (98) N/R |
| | (99) NSA |

9. A sua residência familiar é:

- | | |
|-----------------|--------------------|
| (01) Própria | (04) Outros: _____ |
| (02) Emprestada | (98) N/R |
| (03) Alugada | (99) NSA |

10. A sua residência possui água canalizada (encanada)?

- | | |
|----------|----------|
| (01) Sim | (98) N/R |
| (02) Não | (99) NSA |

11. Caso não, onde o (a) Sr.(a) tira a água para o consumo doméstico?

- | | |
|---------------|--------------------|
| (01) Cacimba | (04) Fontenário |
| (02) Chafariz | (05) Outros: _____ |
| (03) Sonda | (98) N/R |
| | (99) NSA |

12. A sua residência possui luz elétrica?

- | | |
|----------|----------|
| (01) Sim | (98) N/R |
| (02) Não | (99) NSA |

13. Dos bens abaixo mencionados quais o(a) Sr.(a) possui em casa? (múltipla escolha)

- | | |
|---------------------------------|---|
| (01) Rádio-gravador | (08) Meio de locomoção (carro, moto, bicicleta) |
| (02) Televisor | (09) Móvelia |
| (03) Fogão a gás | (10) Outros: _____ |
| (04) Fogão a petróleo | (98) N/R |
| (05) Fogareiro | (99) NSA |
| (06) Geleira (geladeira) | |
| (07) Arca frigorífica (freezer) | |

14. Estado civil

- | | |
|-------------------|-------------------|
| (01) Solteiro (a) | (05) Separado (a) |
| (02) Casado (a) | (06) Outros _____ |
| (03) Amigado (a) | (98) N/R |
| (04) Víuvo (a) | (99) NSA |

Caso seja homem e tenha respondido os itens (02) ou (03) da questão 14, responder as questões 16 e 17.

15. Possui cônjuge?

- | | |
|----------|----------|
| (01) Sim | (98) N/R |
| (02) Não | (99) NSA |

16. Caso sim, quantas esposas? _____ (98) N/R (99) NSA

17. Quantos casas o Sr. possui? _____ (98) N/R (99) NSA

18. Tem filhos?

- | | |
|----------|----------|
| (01) Sim | (98) N/R |
| (02) Não | (99) NSA |

19. Caso sim, quantos? _____ (98) N/R (99) NSA

PERFIL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

20. A que grupo étnico o (a) Sr.(a) pertence?

- | | |
|--------------------|-------------------|
| (01) Nyaneka-Humbi | (05) Tchokwé |
| (02) Ovimbundu | (06) Outros _____ |
| (03) N'ganguela | (98) N/R |
| (04) Kwanhama | (99) NSA |

21. O (a) Sr. (a) é deslocado (a) de guerra?

(01) Sim (98) N/R
(02) Não (99) NSA

22. Há quantos anos o (a) Sr. (a) reside neste bairro? (01) _____ anos. (97) N/S (98) N/R (99) NSA

23. Há quantos anos o (a) Sr. (a) exerce o papel de liderança neste bairro?

(01) _____ anos. (97) N/S (98) N/R (99) NSA

24. Anteriormente, o (a) Sr. (a) já exerceu o papel de liderança?

(01) Sim (98) N/R
(02) Não (99) NSA

25. Caso sim, que tipo de liderança exerceu?

(01) _____ (98) N/R (99) NSA

26. Cite as três principais actividades da sua Comissão ou Grupo de Moradores

(01) _____ (97) N/S

(02) _____ (98) N/R

(03) _____ (99) NSA

VISÃO DAS LIDERANÇAS SOBRE O PROGRAMA

27. Cite as três principais prioridades que existiam no seu bairro, antes da intervenção da ADRA/ACORD.

(01) _____ (97) N/S

(02) _____ (98) N/R

(03) _____ (99) NSA

28. A quem o (a) Sr. (a) recorreu para resolver essas prioridades?

R: _____

(97) N/S (98) N/R (99) NSA

29. Por quê?

Como liderança comunitária, como o (a) Sr.(a) avalia o trabalho realizado pela ADRA/ACORD no seu bairro nas seguintes componentes:

37. Infra-estruturas

- | | |
|----------------|----------|
| (01) Má | (97) N/S |
| (02) Regular | (98) N/R |
| (03) Boa | (99) NSA |
| (04) Muito boa | |

38. Educação para a cidadania

- | | |
|----------------|----------|
| (01) Má | (97) N/S |
| (02) Regular | (98) N/R |
| (03) Boa | (99) NSA |
| (04) Muito boa | |

39. Saúde, água e saneamento

- | | |
|----------------|----------|
| (01) Má | (97) N/S |
| (02) Regular | (98) N/R |
| (03) Boa | (99) NSA |
| (04) Muito boa | |

40. Geração de renda

- | | |
|----------------|----------|
| (01) Má | (97) N/S |
| (02) Regular | (98) N/R |
| (03) Boa | (99) NSA |
| (04) Muito boa | |

41. As ações realizadas pela ADRA/ACORD trouxeram benefícios para o seu bairro?

- | | |
|-------------------|----------|
| (01) Muito poucos | (97) N/S |
| (02) Poucos | (98) N/R |
| (03) Razoáveis | (99) NSA |
| (04) Muitos | |

42. Cite os três principais benefícios promovidos no seu bairro pelas ações da ADRA/ACORD.

- | | |
|------------|----------|
| (01) _____ | (97) N/S |
| (02) _____ | (98) N/R |
| (03) _____ | (99) NSA |

43. Como esses benefícios se refletem no cotidiano do seu bairro?

R: _____

(97) N/S (98)N/R (99) NSA

49. O que levou o(a) Sr.(a) a ser uma liderança comunitária?

R: _____

(97) N/S (98) N/R (99) NSA

50. Para o(a) Sr.(a), qual é o principal papel de uma liderança comunitária?

R: _____

(97) N/S (98) N/R (99) NSA

51. Com o trabalho da ADRA/ACORD no seu bairro houve mudanças na sua postura enquanto liderança comunitária?

(01) Sim	(97) N/S
(02) Não	(98) N/R
	(99) NSA

52. Por quê?

(97) N/S (98) N/R (99)

NSA

53. Enquanto liderança comunitária como o(a) Sr.(a) avalia a sua contribuição no trabalho realizado pela ADRA/ACORD no seu bairro?

(01) Pouco importante	(97) N/S
(02) Importante	(98) N/R
(03) Muito importante	(99) NSA

54. Por quê?

(99)NSA

55. Como é a relação entre as lideranças do seu bairro e a equipe da ADRA/ACORD?

- (01) Má (97) N/S
- (02) Regular (98) N/R
- (03) Boa (99) NSA
- (04) Muito boa

56. Por quê?

(97) N/S (98) N/R (99) NSA

57. Indique nome e endereço de três pessoas que, no seu bairro, o(a) Sr.(a) considere lideranças.

Nome	Endereço/Contacto
(01) _____	_____
(02) _____	_____
(03) _____	_____

Nome do(a) Inquiridor(a):

Data do Inquérito: ____ / ____ / 2000